

JOSÉ ORTEGA Y GASSET

A REBELIÃO DAS MASSAS

INTRODUÇÃO DE JULIÁN MARIÁS

Tradução de Felipe Denardi



SEGUNDA PARTE

QUEM MANDA NO MUNDO?

XIV

QUEM MANDA NO MUNDO?

civilização européia – já repeti várias vezes – produziu automaticamente a rebelião das massas.

A Na face de cima, o fato da rebelião apresenta um ótimo aspecto; já o dissemos: a rebelião das massas é a mesma coisa que o fabuloso crescimento que a vida humana experimentou no nosso tempo. Mas o reverso do mesmo fenômeno é aterrador; visto por esse lado, a rebelião das massas é o mesmo que a radical desmoralização da humanidade. Olhemos agora para esta, desde novos pontos de vista.

1

A substância ou índole de uma nova época histórica é resultante de variações internas – do homem e de seu espírito – ou externas – formais e quase mecânicas. Entre essas últimas, a mais importante, quase sem dúvida, é o deslocamento do poder. Mas ele traz consigo um deslocamento do espírito.

Por isso, ao nos debruçarmos sobre um tempo com ânimo de compreendê-lo, uma de nossas primeiras perguntas deve ser esta: "Quem manda no mundo nessa época?" Poderá ocorrer que, na ocasião, a humanidade esteja dividida em várias partes sem comunicação entre si, que formam mundos interiores e independentes. No tempo de Milcíades,¹¹² o mundo mediterrâneo ignorava a existência do mundo extremo-oriental. Em tais casos, teríamos que dirigir nossa pergunta "quem manda no mundo?" a cada grupo de convivência. Mas desde o século XVI a humanidade toda entrou em um gigantesco processo de unificação, que chegou a seu término insuperável nos nossos dias. Já não existe porção da humanidade que viva à parte - não há ilhas de humanidade. Portanto, desde aquele século, pode-se dizer que quem manda no mundo exerce, de fato, sua influência autoritária sobre ele todo. Esse foi o papel do grupo homogêneo formado pelos povos europeus durante três séculos. A Europa mandava, e sob a sua unidade de mando, o mundo vivia num estilo unitário, ou pelo menos progressivamente unificado.

Esse estilo de vida é geralmente chamado de "Idade Moderna", nome cinzento e inexpressivo sob o qual se oculta esta realidade: época da hegemonia européia.

Por "mando" não se entende aqui primordialmente o exercício de poder material, de coação física. Porque aqui se aspira evitar estupidez, pelo menos as mais grosseiras e evidentes. Pois bem: essa relação estável e normal entre homens, que se chama "mundo", *nunca descansa na força*, mas ao contrário: uma vez que um homem ou grupo de homens exerce o mando, tem à sua disposição esse aparato ou máquina social a que se chama "força".

112 General ateniense que venceu os Persas na batalha de Maratona - NT.

Os casos em que a força parece ser, à primeira vista, o fundamento do mando, revelam-se, depois de uma segunda inspeção, como os melhores exemplos para confirmar aquela tese. Napoleão dirigiu uma agressão à Espanha, sustentou essa agressão durante algum tempo; mas não mandou na Espanha propriamente nem um só dia. Mesmo tendo a força, e precisamente porque só tinha a força. É preciso distinguir um ato ou um processo de agressão de uma situação de mando. O mando é o exercício normal da autoridade. E ele sempre se funda na opinião pública - sempre, hoje como há dez mil anos, entre os ingleses como entre os botocudos.¹¹³ Ninguém jamais mandou na terra nutrindo seu mando essencialmente de outra coisa que não da opinião pública.

Ou pensam que a soberania da opinião pública foi uma invenção do advogado Danton em 1789 ou de Santo Tomás de Aquino no século XIII? A noção dessa soberania pode ter sido descoberta aqui ou ali, nesta ou naquela data; mas o fato de que a opinião pública é a força radical que produz, nas sociedades humanas, o fenômeno de mandar é uma coisa tão antiga e perene quanto o próprio homem. Do mesmo jeito que, na física de Newton, a gravitação é a força que produz o movimento. E a lei da opinião pública é a gravitação universal da história política. Sem ela, nem a ciência histórica seria possível. Por isso Hume insinua com muita argúcia que o tema da história consiste em demonstrar como a soberania da opinião pública, longe de ser uma aspiração utópica, é o que sempre pesou e toda hora nas sociedades humanas.

113 Denominação genérica dada pelos portugueses aos indígenas da América do Sul que usavam botoques, discos de madeira presos nos lóbulos das orelhas e nos lábios - NT.

o papel da opinião pública
nos atos do Estado contemp.

Pois até quem pretende governar com os janízaros¹¹⁴ depende da opinião deles e da que os demais habitantes tenham sobre eles.

A verdade é que não se manda com os janízaros. Assim, Talleyrand pôde dizer a Napoleão: "Com as baionetas, *sir*, pode-se fazer tudo, exceto uma coisa: sentar sobre elas". E mandar não é gesto de arrebatado o poder, mas seu tranqüilo exercício. Em suma, mandar é se sentar. Trono, cadeira curul, banco azul,¹¹⁵ poltrona ministerial, sede. Contra o que supõe uma óptica inocente e folhetinesca, mandar é menos uma questão de punhos que de nádegas. O Estado é, definitivamente, o estado da opinião: uma situação de equilíbrio, de estática.

O que acontece é que às vezes a opinião pública não existe. Uma sociedade dividida em grupos discrepantes, cuja força de opinião fica reciprocamente anulada, não permite a constituição de um mando. E como o vazio horripila a natureza, o vão deixado pela força ausente da opinião pública é preenchido com a força bruta. Portanto ela surge, no máximo, como substituta daquela.

Por isso, se o que se quer é expressar, com toda a precisão, a lei da opinião pública como lei da gravitação histórica, convém levar em conta esses casos de ausência, e chegar a uma fórmula que é o conhecido, venerável e verídico lugar-comum: não se pode mandar contra a opinião pública.

114 Grupo turco de soldados mercenários, criado no séc. XIV por Orkhan, fundador do Império Otomano. A palavra janízaro significa "novo soldado" em turco. Eram recrutados entre escravos, soldados nativos e filhos de cristãos capturados para receberem educação islâmica - NT.

115 Cadeira curul: cadeira de marfim reservada a certos magistrados romanos. Banco azul: o banco ou toda a bancada reservada ao Governo na tradição parlamentar espanhola - NT.

Isso nos faz compreender que mando significa potência de uma opinião; portanto, de um espírito; que mando não é, afinal, outra coisa senão poder espiritual. Os fatos históricos confirmam isso escrupulosamente. Todo mando primitivo tem um caráter "sacro", porque se funda na religião, e o religioso é sempre a primeira forma sob a qual aparece o que logo vai ser espírito, idéia, opinião; em suma, o imaterial e ultrafísico. Na Idade Média o mesmo fenômeno se reproduz em maiores proporções. O primeiro Estado ou poder público que se forma na Europa é a Igreja - com seu caráter específico e já nativo de "poder espiritual". O poder político aprende com a Igreja que ele também não passa, originalmente, de poder espiritual, vigência de certas idéias, e cria-se o Sacro Império Romano. Desse modo lutam dois poderes igualmente espirituais que, não podendo se diferenciar na substância - ambos são espírito -, entram no acordo de se instalarem cada um de um modo no tempo: o temporal e o eterno. Poder temporal e poder religioso são identicamente espirituais; mas um é o espírito do tempo - opinião pública intramundana e mutável -, ao passo que o outro é espírito de eternidade - a opinião de Deus, a que Deus tem sobre o homem e seus destinos.

Portanto, tanto faz dizer: em tal data manda tal homem, tal povo ou tal grupo homogêneo de povos, ou dizer: em tal data predomina no mundo tal sistema de opiniões - idéias, preferências, aspirações, propósitos.

Como entender esse predomínio? A maior parte dos homens não tem opinião, e preciso que ela lhe venha de fora por pressão, como o lubrificante entra nas máquinas. Por isso é preciso que o espírito - seja ele qual for - tenha poder e o exerça, para que as pessoas que não opinam - que é a maioria - opinem. Sem opiniões, a convivência

manda com opinião o

2

humana seria o caos; menos ainda: o nada histórico. Sem opiniões, a vida dos homens careceria de arquitetura, de organicidade. Por isso, sem um poder espiritual, *sem alguém que mande*, e na medida em que isso falta, reina o caos na humanidade. E paralelamente, *todo deslocamento do poder*, toda troca de imperantes é, por sua vez, uma troca de opiniões e, conseqüentemente, nada menos que uma troca de gravitação histórica.

Voltemos agora ao começo. Durante vários séculos mandou no mundo a Europa, um conglomerado de povos com espírito semelhante. Na Idade Média ninguém mandava no mundo temporal. Foi o que aconteceu em todas as idades médias da história. Por isso sempre apresentam um caos relativo e uma relativa barbárie, um déficit de opinião. São tempos em que se ama, se odeia, se anseia, se repugna, e tudo isso em grande medida. Mas, em contrapartida, opina-se pouco. Tempos assim não carecem de delícia. Mas, nos grandes tempos, é da opinião que a humanidade vive, e por isso há ordem. Do outro lado da Idade Média temos novamente uma época em que, como na Moderna, alguém manda, se bem que numa porção demarcada do mundo: Roma, a grande mandona. Ela pôs ordem no Mediterrâneo e seus arredores.

Nesses dias de pós-guerra, comecem a dizer que a Europa já não manda mais no mundo. Percebem toda a gravidade desse diagnóstico? Com ele se anuncia um deslocamento do poder. Para onde se dirige? Quem vai suceder a Europa no mando do mundo? Mas temos certeza de que alguém vai sucedê-la? E se não fosse ninguém, o que aconteceria?

A pura verdade é que no mundo acontece a todo instante, e portanto agora, uma infinidade de coisas. A pretensão de dizer o que está acontecendo agora no mundo deve ser tomada, então, como uma ironia a si mesma. E se é impossível conhecer diretamente a plenitude do real, não temos outro remédio a não ser construir uma realidade arbitrariamente, supor que as coisas são de certa maneira. Isso nos proporciona um esquema, quer dizer, um conceito ou emaranhado de conceitos. Com ele, como através de uma moldura, olhamos para a realidade efetiva, e então, só então, conseguimos uma visão aproximada dela. Nisso consiste o método científico. Mais ainda: nisso consiste toda atividade do intelecto. Quando, ao ver nosso amigo chegar pela calçada do jardim, dizemos: “Este é Pedro”, cometemos deliberadamente, ironicamente, um erro. Porque, para nós, Pedro significa um repertório esquemático de modos de se comportar, física e moralmente – o que chamamos de “caráter” –, mas a verdade é que, às vezes, nosso amigo Pedro não se parece quase nada com a idéia “nosso amigo Pedro”.

Todo conceito, desde o mais vulgar até o mais técnico, está montando em sua própria ironia, nos dentinhos de um sorriso alciônico,¹¹⁶ como o geométrico diamante está cravado em sua dentadura de ouro. Ele diz muito seriamente: “Esta coisa é A, e esta outra coisa é B”. Mas sua seriedade é a de um *pince-sans-rivire*, a seriedade insatável de quem engoliu uma gargalhada e, se não apertar

116 Alcione: ave mitológica que fazia o ninho sobre o mar calmo, considerada portadora de bons presságios – NT.

bem os lábios, vomita-a. Ele sabe muito bem que nem essa coisa é *A*, assim rigorosamente, nem a outra é *B*, assim, sem reservas. O que o conceito pensa a rigor é um pouquinho diferente do que disse, e nessa duplicidade consiste a ironia. O que verdadeiramente pensa é isto: eu sei que, falando com todo o rigor, esta coisa não é *A*, nem aquela é *B*; mas é que, admitindo que são *A* e *B*, eu me resolvo a respeito do meu comportamento vital diante dessas duas coisas.

Essa teoria do conhecimento da razão teria irritado um grego. Porque o grego acreditou ter descoberto na razão, no conceito, a própria realidade. Nós, ao contrário, acreditamos que a razão, que o conceito, seja um instrumento doméstico do homem, do qual ele necessita e usa para esclarecer sua própria situação em meio à infinita e ultraproblemática realidade que é sua vida. Vida é luta com as coisas para se sustentar entre elas. Os conceitos são o plano estratégico que fazemos para responder ao seu ataque. Por isso, escrutando bem a entrada profunda de qualquer conceito, vê-se que não nos disse nada da coisa mesma, mas simplesmente resume o que um homem pode fazer ou padecer dessa coisa. Essa opinião taxativa, segundo a qual o conteúdo de todo conceito é sempre vital, sempre ação possível, ou padecimento possível de um homem, que eu saiba, não foi sustentada por ninguém até agora; mas esse é, a meu ver, o indefectível término do processo filosófico que se inicia com Kant. Por isso, se revisamos à sua luz todo o passado da filosofia até Kant, vai parecer que, *no fundo*, todos os filósofos disseram o mesmo. Agora bem: toda descoberta filosófica não passa de uma descoberta, e um trazer à superfície o que estava no fundo.

Mas esse proêmio é desmedido para o que vou dizer, tão alheio a problemas filosóficos. Eu ia dizer, simplesmente, que o que acontece agora no mundo – entendase o histórico – é exclusivamente isto: a Europa mandou no mundo durante três séculos, e agora a Europa não está convicta de mandar nem de continuar mandando. Reduzir a uma fórmula tão simples a infinitude de coisas que integram a realidade histórica atual é, sem dúvida, e na melhor das hipóteses, exagerar. Quem preferir não enxergar tem que se calar; ou mais: tem que paralisar seu intelecto e encontrar um jeito de se tornar um idiota.

De fato eu creio que é isso que verdadeiramente está acontecendo no mundo, e que todo o resto é consequência, condição, sintoma e anedota disso.

Eu não disse que a Europa deixou de mandar, mas es- tritamente que, nesses anos, a Europa tem sentido graves dúvidas sobre mandar ou não, sobre se mandará amanhã. Isso se reflete num estado de espírito congruente nos demais povos da terra: duvidar se agora são mandados por alguém. Também não estão seguros disso.

Falaram muito da decadência da Europa nesses anos. Eu suplico fervorosamente que não continuem cometendo a ingenuidade de pensar em Spengler, simplesmente porque fala da decadência da Europa ou do Ocidente. Antes que seu livro aparecesse, todo o mundo já falava disso. E, como é notório, o êxito do livro se deveu à existência dessa suspeita ou preocupação em todas as cabeças, pelas razões e com os sentidos mais heterogêneos.

Falaram tanto da decadência européia, que muitos chegaram a tê-la como um fato. Não por acreditarem a sério e com evidência nisso, mas porque se habituaram a dá-lo como certo, embora não se recordem sinceramente de terem se convencido resolutamente disso numa data

determinada. O livro mais recente de Waldo Frank, *Redescobrimiento da América*,¹¹⁷ se apóia integralmente no pressuposto de que a Europa agoniza. No entanto, Frank nem analisa, nem discute, nem põe o enorme fato em questão, que vai lhe servir de formidável premissa. Sem qualquer averiguação, parte dele como de algo incontável. E essa ingenuidade no ponto de partida me basta para pensar que Frank não está convencido da decadência da Europa; longe disso, nem sequer se colocou essa questão. Toma-a como se toma um bonde. Os lugares comuns são os bondes do transporte intelectual.

E como ele, muita gente faz. Sobretudo o fazem os povos, os povos inteiros.

É uma paisagem de exemplar puerilidade o que o mundo oferece agora. Na escola, quando alguém avisa que o professor saiu, a criança se levanta e bagunça. Cada um sente a delícia de escapar da pressão que a presença do mestre impunha, de se livrar do jugo das normas, de virar de ponta-cabeça, de se sentir dono do próprio destino. Mas, uma vez extinta a norma que fixava as ocupações e as tarefas, a criança não tem uma função própria, uma ocupação formal, uma tarefa com sentido, continuidade e trajetória, acaba que só pode executar uma coisa: a cambalhota.

O espetáculo frívolo que os povos menores oferecem é deplorável. Uma vez que, segundo dizem, a Europa está

117 Waldo David Frank (1889-1967): romancista, historiador e crítico literário americano. Teve contato com George Gurdjieff nos anos 1920. Frank, Hart Crane e Gorham Munson desenvolveram uma interpretação mística da história americana, considerando os Estados Unidos como o lugar visionário da regeneração espiritual, impossível no velho mundo. Eles pensavam que Gurdjieff poderia ser o agente dessa renovação espiritual. Ele imaginava que era necessário haver uma síntese orgânica das duas Américas: a do Norte e a do Sul, a anglo e a latino-americana. Acreditava que a Espanha tinha alcançado uma "síntese espiritual de suas religiões em guerra" e que pudesse ser "um exemplo de integridade" para o Novo Mundo. O romance *Rediscovery of America* (1929) expressava algumas dessas idéias - NT.

decaindo e, portanto, deixando de mandar, cada nação ou naçãozinha brinca, gesticula, fica de cabeça para baixo ou se empina e estica para dar ares de gente grande, que rege seu próprio destino. Esse é o panorama de "nacionalismos" natimortos que vemos por toda parte.

Nos capítulos anteriores, tentei filiar um tipo novo de homem que predomina no mundo hoje: chamet-o de homem-massa, e apontei que sua característica principal consiste em, sentindo-se vulgar, proclamar o direito à vulgaridade e se negar a reconhecer instâncias superiores a ele. Era natural que, se esse modo de ser predomina dentro de cada povo, o fenômeno também se produza quando olhamos o conjunto das nações. Relativamente, também há povos-massa resolutos a se rebelar contra os grandes povos criadores, minoria de estirpes humanas que organizaram a história. É verdadeiramente cômico contemplar como essa ou aquela republicazinha, desde o seu fim de mundo, se põe na ponta dos pés, censura a Europa e declara sua demissão na história universal.

Qual é o resultado? A Europa havia criado um sistema de normas cuja eficácia e fertilidade os séculos demonstraram. Essas normas não são, de forma alguma, as melhores possíveis. Mas, sem dúvida, são definitivas enquanto não existam ou se vislumbrem outras. Para suprá-las é indispensável parir outras. Agora os povos-massa resolveram dar por caduco aquele sistema de normas que é a civilização européia; mas como são incapazes de criar outro, não sabem o que fazer e, para preencher o tempo, se entregam à cambalhota.

Essa é a primeira consequência que sucede quando alguém deixa de mandar no mundo: os demais, ao se rebelarem, ficam sem tarefa, sem programa de vida.

O cigano foi se confessar; mas o padre, precavido, começou perguntando se ele sabia os mandamentos da lei de Deus. Ao que o cigano respondeu: *Então, padre... eu ia aprender; mas ouvi um zum-zum de que iam revogá-la.*

Não é essa a atual situação do mundo? Corre um zum-zum de que os mandamentos europeus já não regem e, em vista disso, as pessoas – homens e povos – aproveitam a ocasião para viver sem imperativos. Porque só existiam os europeus. Não se trata – como aconteceu outras vezes – de uma germinação de normas novas que substitui as antigas, e um fervor inédito absorve, em seu fogo jovem, os velhos entusiasmos de temperatura minúscula. Isso seria o corrente. É mais: o velho não fica velho por sua própria senilidade, mas porque já há um princípio novo que, só por ser novo, imediatamente tem vantagem sobre o preexistente. Se não tivéssemos filhos, não seríamos velhos ou demoraríamos muito mais para sê-lo. O mesmo acontece com os artefatos. Um automóvel de dez anos atrás parece mais velho que uma locomotiva de vinte, simplesmente porque as invenções da técnica automobilística se sucederam com maior rapidez. Essa decadência, que se origina no brotar de novas juventudes, é um sintoma de saúde.

Mas o que acontece agora na Europa é algo insalubre e estranho. Os mandamentos europeus perderam a vigência sem que se vislumbrem outros no horizonte. A Europa – dizem – deixa de mandar, e não há quem possa substituí-la. Entenda-se por Europa, em primeiro lugar e propriamente, a trindade França, Inglaterra, Alemanha.

Na região que elas ocupam do globo amadureceu a unidade de medida de existência humana, segundo a qual o mundo foi organizado. Se, como dizem agora, esses três povos estão em decadência e seu programa de vida perdeu a validade, não é estranho que o mundo se desmoralize.

E essa é a pura verdade. Todo o mundo – nações, indivíduos – está desmoralizado. Durante um tempo, essa desmoralização diverte e até ilude vagamente. Os inferiores pensam que foi tirado um peso de cima deles. Os decálogos conservaram o caráter de peso do tempo em que eram inscritos sobre pedra ou sobre bronze. A etimologia de mandar significa encargar, pôr algo nas mãos. O que manda é, sem exceção, maçante.¹¹⁸ Os inferiores de todo o mundo já estão fartos de serem encarregados e sobrecarregados, e aproveitam com ar festivo esse tempo exonerado de imperativos onerosos. Mas a festa dura pouco. Sem mandamentos que nos obriguem a viver de certo modo, nossa vida vira pura disponibilidade. Essa é a horrível situação íntima em que já se encontram as milhares de juventudes do mundo. De tanto se sentirem livres, isentas de travas, sentem-se vazias. Uma vida em disponibilidade é uma negação de si mesma maior que a morte. Porque viver é ter que fazer algo determinado – é cumprir um cargo –, e na medida em que nos esquivamos de pôr nossa existência a serviço de algo, evacuamos nossa vida. Dentro em pouco se ouvirá um grito formidável em todo o planeta, que subirá, como o latido de inumeráveis cães, até as estrelas, pedindo alguém e algo que mande, que imponha uma tarefa ou obrigação.

118 O espanhol permite um trocadilho: "La etimología de mandar significa *cargar*, ponerle a uno algo en las manos. El que manda es, sin remisión, *cargante*", ou seja, pesado no sentido de chato, aborrecedor. – NT.

Isso é um aviso para os que anunciam, com inconsciência de crianças, que a Europa não manda mais. Mandar é dar às pessoas o que fazer, metê-las em seu destino, em seu eixo: impedir sua extravagância, a qual costuma ser vadiagem, vida vazia, desolação.

Não importaria que a Europa deixasse de mandar se houvesse alguém capaz de substituí-la. Mas não há nem sombra disso. Nova Iorque e Moscou não são nada novo em relação à Europa. São duas parcelas do mandamento europeu que, ao se dissociarem do resto, perderam o sentido. A rigor, dá desgosto falar de Nova Iorque e de Moscou. Porque não se sabe plenamente o que são: só sabemos que ainda não foram ditas palavras decisivas, nem sobre uma nem sobre a outra. Mas mesmo sem saber plenamente o que são, temos o suficiente para compreender seu caráter genérico. Ambas, de fato, pertencem inteiramente ao que chamei algumas vezes de “fenômeno de *camouflage* histórica”. A *camouflage* é, por essência, uma realidade que não é o que parece. Ao invés de esclarecer, seu aspecto oculta sua substância. Com isso, engana a maior parte das pessoas. Só pode se livrar do equívoco que a *camouflage* produz quem souber, de antemão e em geral, que a *camouflage* existe. O mesmo acontece com a miragem. O conceito corrige os olhos.

Em todo caso de *camouflage* histórica, há duas realidades que se sobrepõem: uma profunda, efetiva, substancial; outra aparente, acidental e superficial. Assim, em Moscou há uma película de idéias europeias – o marxismo – pensadas na Europa em vista de realidades e problemas europeus. Debaixo dela há um povo, não só distinto como matéria étnica do europeu, mas – o que importa muito mais – de uma idade diferente da nossa. Um povo ainda em fermentação; quer dizer, juvenil. O marxismo triunfar

na Rússia – onde não há indústria – era a maior contribuição que poderia ter acontecido ao marxismo. Mas não há tal contradição, porque não há triunfo. A Rússia é marxista mais ou menos como os tedescos eram romanos no Sacro Império Romano. Os povos novos não têm idéias. Quando crescem em um ambiente onde existe ou acabou de existir uma cultura velha, vestem-se com a idéia que ela lhes oferece. Aqui está a *camouflage* e a sua razão. Esquece-se – como notei outras vezes – que há dois grandes tipos de evolução para um povo. Há o povo que nasce em um “mundo” vazio de qualquer civilização. Exemplo, o egípcio e o chinês. Em um povo assim tudo é autóctone, e seus gestos têm um sentido claro e direto. Mas há povos que germinam e se desenvolvem em um ambiente já ocupado por uma cultura de história antiga. É o caso de Roma, que cresce em pleno Mediterrâneo, cujas águas estavam impregnadas de civilização greco-oriental. O que faz com que metade dos gestos romanos não sejam seus, mas aprendidos. E o gesto aprendido, recebido, é sempre duplo, e seu verdadeiro significado não é direto, e sim oblíquo. Quem faz um gesto aprendido – por exemplo, uma palavra de outro idioma – faz por baixo dele o seu gesto, o autêntico: por exemplo, traduz a palavra exótica para sua própria linguagem. E para entender as *camouflagés* também é indispensável um olhar oblíquo: o de quem traduz um texto com o dicionário do lado. Eu espero por um livro no qual o marxismo de Stálin apareça traduzido para a história da Rússia. Porque o que ele tem de russo é o que tem de forte, e não o que tem de comunista. Vá saber o que será! A única coisa que se pode assegurar é que a Rússia ainda precisa de séculos *para optar por mandar*. Teve que fingir sua adesão

ao princípio europeu de Marx porque ainda carece de mandamentos. Como esbanja juventude, bastou-se com essa ficção. O jovem não necessita de razões para viver: só necessita de pretextos.

Algo muito semelhante acontece com Nova Iorque. Também é um erro atribuir sua força atual aos mandamentos que obedece. Que, em última instância, se reduzem a este: a técnica. Que coincidência! Outra invenção europeia, e não americana. A técnica foi inventada pela Europa durante os séculos XVIII e XIX. Que coincidência! Os séculos em que a América nasce. E falam sério quando dizem que a essência da América é sua concepção prática e técnica da vida! Em vez de nos dizerem: a América é, como sempre são as colônias, uma repriminação ou rejuvenescimento das raças antigas, sobretudo da Europa. Por razões distintas das da Rússia, os Estados Unidos também são um caso dessa realidade histórica específica a que chamamos "povo novo". Pensam que isso seja só uma frase, quando é uma coisa tão real quanto a juventude de um homem. A América é forte por sua juventude, que se pôs a serviço do mandamento contemporâneo "técnica", como poderia ter se colocado a serviço do budismo, se esse fosse a ordem do dia. Mas com isso a América só começa a sua história. Agora começaram suas angústias, suas dissensões, seus conflitos. Ainda tem que ser muitas coisas; entre elas, algumas das mais opostas à técnica e ao pragmatismo. A América tem menos anos que a Rússia. Eu sempre sustentei, com medo de exagerar, que era um povo primitivo *camouflado* pelas últimas invenções.¹¹⁹ Agora Waldo Frank, em seu *Redescobrimto da América*, declara-o

119 Ver o ensaio "Hegel y América", em *El Espectador*. Tomo VII, 1930 [V. pág. 557 do tomo II das O. C. - NE.]

francamente. A América ainda não sofreu; é ilusão pensar que possa ter as virtudes do mando.

Quem quer evitar a conclusão pessimista de que ninguém vai mandar, e que, portanto, o mundo histórico vai voltar ao caos, tem que retroceder ao ponto de partida e se perguntar a sério: é tão certo como se diz que a Europa esteja em decadência e renuncie ao mando, abdique? Não será essa decadência aparente a crise benfeitora que permitirá à Europa ser literalmente Europa? A decadência evidente das *nações europeias* não era necessária *a priori* para que, algum dia, fossem possíveis os Estados Unidos da Europa, a pluralidade europeia substituída por sua unidade formal?

4

A função de mandar e obedecer é a decisiva em qualquer sociedade. Como a questão de quem manda e quem obedece anda essa bagunça, todo o resto seguirá de forma maculada e imperfeita. Até a intimidade mais íntima de cada indivíduo, salvas as exceções geniais, ficará perturbada e falsificada. Se o homem fosse um ser solitário, que só estivesse convivendo com outros por acidente, talvez saísse ileso dessas repercussões, originadas nos deslocamentos e nas crises do imperar, do Poder. Mas como é social em sua tecedura mais elementar, fica transtornado em sua índole privada por causa de mutações que, a rigor, só afetam imediatamente a coletividade. O que nos permite, se tomarmos um indivíduo à parte para analisá-lo, deduzir sem mais dados como a consciência de mando e obediência anda em seu país.

Seria interessante e até útil submeter a esse exame o caráter individual do espanhol médio. Contudo, seria uma operação irritante e, mesmo útil, deprimente; por isso me esqueci dela. Mas ela revelaria a dose enorme de desmoralização íntima, de acanhalamento que produz, no homem médio do nosso país, o fato de a Espanha ser uma nação que vive, há séculos, com a consciência suja na questão de mando e obediência. O acanhalamento não é outra coisa senão a aceitação de uma irregularidade como estado habitual e constituído; de algo que, mesmo sendo aceito, continua parecendo indevido. Como não é possível converter em sã normalidade o que é criminoso e anormal em sua essência, o indivíduo opta por ele se adaptar ao indevido, fazendo-se completamente homogêneo ao crime ou à irregularidade que carrega. É um mecanismo parecido com o enunciado pelo adágio popular: "Uma mentira gera outras cem". Todas as nações passaram por dias em que quis mandar nelas quem não deveria mandar; mas um forte instinto lhes fez concentrar suas energias ao ponto de expelir aquela pretensão irregular de mando. Rechaçaram a irregularidade transitória e assim reconstituíram sua moral pública. Mas o espanhol fez o contrário: em vez de se opor a ser imperado por quem sua consciência íntima rechaçava, preferiu falsificar todo o resto de seu ser para acomodá-lo àquela fraude inicial. Enquanto isso persistir em nosso país, é vão esperar qualquer coisa dos homens de nossa raça. Uma sociedade cujo Estado, cujo império ou mando é constitutivamente fraudulento, não pode ter o vigor elástico necessário para a difícil tarefa de se sustentar na história com dignidade.

Não há nada estranho, portanto, em ter bastado uma ligeira dúvida, uma simples vacilação sobre quem manda

no mundo, para que todo o mundo — em sua vida pública e em sua vida privada — tenha começado a se desmoralizar.

A vida humana, por sua própria natureza, tem que estar direcionada a algo, a uma empresa gloriosa ou humilde, a um destino ilustre ou trivial. Trata-se de uma condição estranha, mas inexorável, inscrita em nossa existência. Por um lado, viver é algo que cada um faz por si e para si. Por outro lado, se a minha vida, que só importa a mim, não é entregue por mim a algo, caminhará desvencilhada, sem tensão e sem "forma". Nesses anos assistimos ao gigantesco espetáculo de inumeráveis vidas humanas que marcham perdidas pelo labirinto de si mesmas por não terem a que se entregar. Todos os imperativos, todas as ordens ficaram suspensas. Parece que a situação devia ser a ideal, pois cada vida fica em absoluta liberdade para fazer o que lhe dê na telha, para cuidar de si. O mesmo com cada povo. A Europa afrouxou sua pressão sobre o mundo. Mas o resultado foi contrário ao que se podia esperar. Entregue a si mesma, cada vida fica em si mesma, vazia, sem ter o que fazer. E como precisa se preencher com algo, finge frivolamente, dedica-se a ocupações falsas, que nada impõem de íntimo e sincero. Hoje é uma coisa; amanhã, outra, oposta à primeira. Fica perdida ao se encontrar sozinha consigo própria. O egoísmo é labiríntico. Compreende-se. Viver é ir disparado na direção de algo, é caminhar para uma meta. A meta não é meu caminhar, não é minha vida; é algo a serviço do que eu a coloco, e que por isso mesmo está fora, além dela. Se opto por andar só por dentro da minha vida, egoistamente, não avanço, não vou a parte alguma; dou voltas e voltas num mesmo lugar. Isso é o labirinto, um caminho que não leva a nada, que se perde em si mesmo, por não passar de um caminhar dentro de si.

Depois da guerra, o europeu se fechou em seu interior, ficou sem projeto para si e para os demais. Por isso contínuamos, historicamente, como há dez anos.

Não se manda a seco. O mando consiste em uma presença que se exerce sobre os demais. Mas não consiste apenas nisso. Se fosse só isso, seria violência. Não esqueçamos que mandar tem efeito duplo: manda-se em alguém, mas manda-lhe fazer algo. E o que se manda é, às vezes, que participe de uma empresa, de um grande destino histórico. Por isso não há império sem programa de vida, precisamente sem um plano de vida imperial. Como diz o verso de Schiller: "*Quando os reis constroem, os carroceiros têm o que fazer!*"¹²⁰

Logo, não convém embarcar na opinião trivial que vê na atuação dos grandes povos – como na dos homens – uma inspiração puramente egoísta. Não é tão fácil como se pensa ser egoísta puro, e ninguém jamais triunfou sendo um. O egoísmo aparente dos grandes povos e dos grandes homens é a dureza inevitável com que tem que se comportar quem pôs a vida a serviço de uma empresa. Quando vamos realmente fazer algo e nos entregamos a um projeto, não podem pedir que estejamos disponíveis para atender os transeuntes, e que nos dediquemos a pequenos altruísmos casuais. Uma das coisas que mais encanta os viajantes quando cruzam a Espanha é que, quando perguntam a alguém na rua onde fica uma praça ou um edifício, o perguntado com frequência deixa o caminho que seguia e se sacrifica generosamente pelo estranho, conduzindo-o até o lugar que interessa a ele. Eu não nego que nessa índole do bom celíbero possa haver algum fator de generosidade, e me alegro pelo estrangeiro

120 "*Wenn die Könige bauen, haben die Kärner zu tun!*" – NT.

interpretar sua conduta assim. Mas nunca, ao ouvir ou ler sobre isso, pude reprimir este receio: será que o meu compatriota perguntado ia mesmo a algum lugar? Porque pode muito bem acontecer que, em muitos casos, o espanhol não esteja indo a lugar algum, não tenha projeto nem missão, e sim, saia pela vida, para ver se a dos outros preenche um pouco a sua. Em muitos casos, parece-me que meus compatriotas saem pela rua para ver se encontram algum forasteiro a quem acompanhar.

É grave que essa dúvida sobre o mando do mundo, exercido até agora pela Europa, tenha desmoralizado o resto dos povos, salvo aqueles que por sua juventude ainda estão em sua pré-história. Mas é muito mais grave que esse *piétinement sur place*¹²¹ chegue a desmoralizar por completo o próprio europeu. Não penso assim por ser europeu ou coisa parecida. Não estou dizendo: se o europeu não mandar no futuro próximo, não me interessa a vida do mundo. Não me importaria nada que o mando europeu cessasse se existisse hoje outro grupo de povos capaz de substituí-lo no poder e na direção do planeta. Mas nem isso eu pediria. Aceitaria que ninguém mandasse, se isso não trouxesse consigo a evaporação de todos os dons e virtudes do homem europeu.

Muito bem: isso é imperdoável. Se o europeu se habilitar a não mandar, bastará uma geração e meia para que o velho continente, e atrás dele o mundo todo, caia na inércia moral, na esterilidade intelectual e na completa barbárie. Só a esperança do império e a disciplina de responsabilidade que ela inspira podem manter em tensão as almas do Ocidente. A ciência, a arte, a técnica e tudo o mais vivem da atmosfera tônica que a consciência de

121 "Pisar no mesmo lugar", algo como "bater na mesma tecla" – NT.

mando cria. Se ela faltar, o europeu vai começar a envilecer. E as mentes não terão essa fé radical em si mesmas, que as lança enérgicas, audazes, tenazes à captura de grandes idéias, novas em todos os sentidos. O europeu se tornará definitivamente cotidiano. Incapaz de esforço criador e requintado, recairá sempre no ontem, no hábito, na rotina. Tornar-se-á uma criatura vulgar, formalizada, vazia, como os gregos da decadência e como os de toda a história bizantina.

A vida criadora supõe um regime de alto grau de higiene, de grande decoro, de estímulos constantes, que excitam a consciência da dignidade. A vida criadora é vida enérgica, e esta só é possível numa dessas duas situações: ou sendo o que manda, ou estando alojado num mundo onde reconhecemos, em quem manda, o pleno direito a essa função; ou mando eu, ou obedeco. Mas obedecer não é agüentar — agüentar é envilecer —, mas, ao contrário, estimar o que manda e segui-lo, solidarizando-se com ele, ficando fervorosamente sob o tremular de sua bandeira.

5

Convém que agora retrocedamos ao ponto de partida desses artigos: ao fato, tão curioso, de que falem tanto no mundo, esses anos, sobre a decadência da Europa. Já é surpreendente o detalhe de que essa decadência não tenha sido notada primeiramente pelos estranhos, mas que o seu descobrimento se deva aos próprios europeus. Quando ninguém, fora do velho continente, pensava nisso, ocorreu a alguns homens da Alemanha, da Inglaterra, da França

essa idéia sugestiva: será que não começamos a decair? A idéia teve boa repercussão, e hoje todo o mundo fala da decadência européia como de uma sólida realidade.

Mas, com um pequeno gesto, interrompam quem enuncia essa idéia e perguntem em que fenômenos concretos e evidentes baseia seu diagnóstico. Imediatamente o verão fazer movimentos vagos e agitar os braços até a profundidade do universo, que é característica de todo náufago. Não sabe, de fato, em que se agarrar. A única coisa que aparece, sem muita precisão, quando se quer definir a atual decadência européia, é o conjunto de dificuldades econômicas que cada uma das nações européias enfrenta hoje. Mas quando se vai definir um pouco o caráter dessas dificuldades, nota-se que nenhuma delas afeta seriamente o poder de criação de riqueza, e que o velho continente passou por crises muito mais graves nesse quesito.

Será que, por ventura, o alemão ou o inglês se sentem hoje incapazes de produzir mais e melhor que nunca? De modo algum, e é muito importante relacionar o estado de espírito desse alemão ou desse inglês com essa dimensão econômica. Pois o curioso é precisamente que a depressão indiscutível de seus ânimos não provém de se sentirem pouco capazes, mas, ao contrário, de que, sentindo-se com mais potencialidade que nunca, tropeçam em certas barreiras fatais, que lhes impedem de realizar o que poderiam muito bem. Essas fronteiras fatais da atual economia alemã, inglesa, francesa, são as fronteiras políticas dos respectivos Estados. A autêntica dificuldade não vem, portanto, de algum dos problemas econômicos em questão, mas da forma de vida pública em que as capacidades econômicas se movem, que é incongruente com o tamanho delas. A meu ver, a sensação de menosprezo,

de impotência, que inegavelmente acanha a vitalidade europeia nesses anos, nutre-se dessa desproporção entre o tamanho da atual potencialidade europeia e o formato da organização política no qual ela tem que atuar. O impulso para resolver as questões graves e urgentes é tão vigoroso como sempre foi; mas logo tropeça nas reduzi-das jaulas em que está instalado, nas pequenas nações em que a Europa viveu organizada até agora. O pessimismo, o desânimo que hoje pesa sobre a alma continental se parece muito com o da ave de asa larga que, ao bater seus grandes remígios, fere-se nos ferros da gaiola.

A prova disso é que a combinação se repete em todas as outras ordens, cujos fatores são aparentemente muito distintos dos econômicos. Por exemplo, na vida intelectual. Todo bom intelectual da Alemanha, Inglaterra ou França se sente hoje sufocado nos limites de sua nação, sente sua nacionalidade como uma limitação absoluta. O professor alemão já tem clareza de que é absurdo o estilo de produção a que o obriga seu público imediato de professores alemães, e sente falta da maior liberdade de expressão de que gozam o escritor francês e o ensaísta britânico. Vice-versa, o homem de letras parisiense começa a compreender que está esgotada a tradição do mandarismo literário, do formalismo verbal, que condena sua origem francesa e preferiria, conservando as melhores qualidades dessa tradição, integrá-la a algumas virtudes do professor alemão.

Na ordem da política interior acontece o mesmo. Ainda não se analisou a fundo a estranhíssima questão de por que a vida política de todas as grandes nações anda tão agoniada. Dizem que as instituições democráticas caíram em desprestígio. Mas isso é justamente o que conviria

explicar. Porque é um estranho desprestígio. Falam mal do Parlamento por toda parte; mas não se vê em nenhuma dessas nações a tentativa de substituí-lo, nem sequer que existam perfis utópicos de outras formas de Estado que, ao menos idealmente, pareçam preferíveis. Assim sendo, não há muito que crer na autenticidade desse desprestígio aparente. Não são as instituições, enquanto instrumento de vida pública, que vão mal na Europa, mas as tarefas em que empregá-las. Faltam programas de tamanho compatível com as dimensões efetivas que a vida alcançou dentro de cada indivíduo europeu.

Aqui há um erro de óptica que convém corrigir de uma vez, porque dá desgosto escutar as inépcias que dizem toda hora, por exemplo, a respeito do Parlamento. Existe toda uma série de objeções válidas ao modo de se conduzir os Parلامentos tradicionais; mas se tomarmos uma por uma, veremos que nenhuma delas permite a conclusão de que o Parlamento deva ser suprimido, mas, ao contrário, todas levam, por via direta e evidente, à necessidade de reformá-lo. Assim sendo, o melhor que humanamente pode ser dito de alguma coisa é que ela precisa ser reformada, por que isso implica que é imprescindível e capaz de vida nova. O automóvel atual saiu das objeções que se puseram ao automóvel de 1910. Mas a desestima vulgar em que caiu o Parlamento não procede dessas objeções. Disseram, por exemplo, que não é eficaz. Então, nós devemos perguntar: não é eficaz para quê? Porque a eficácia é a virtude de um utensílio para produzir uma finalidade. Nesse caso, a finalidade seria a solução dos problemas públicos de cada nação. Por isso exigimos, de quem proclama a ineficácia dos Parلامentos, que possua uma idéia clara de qual seja a solução dos problemas públicos atuais. Porque se não

tem, se hoje não é claro em nenhum país, nem mesmo tecnicamente, em que consiste o que é preciso fazer, não tem sentido acusar os instrumentos institucionais de ineficácia. Mais valeria recordar que, na história dos Estados, jamais se criou uma instituição mais formidável, mais eficiente que os Estados parlamentares do século XIX. O fato é tão indiscutível, que esquecê-lo demonstra estupidez deliberada. Que não se confunda, pois, a possibilidade e a urgência de reformar profundamente as assembleias legislativas, para fazê-las "ainda mais" eficazes, com a declaração de sua inutilidade.

O desprestígio dos Parlamentos não tem nada a ver com seus notórios defeitos. Procede de outra causa, completamente alheia a eles enquanto utensílios políticos. Procede de o europeu não saber em que empregá-los, de não estimar as finalidades da vida pública tradicional; em suma, de não se entusiasmar pelos Estados nacionais em que está inscrito e prisioneiro. Se olharmos esse famoso desprestígio com um pouco de cuidado, veremos que o cidadão, na maior parte dos países, não tem respeito pelo seu Estado. Seria inútil substituir o detalhe de suas instituições, porque não são elas as desprezadas, mas o próprio Estado, que ficou pequeno.

O europeu, pela primeira vez, ao tropeçar com os limites de sua nação em seus projetos econômicos, políticos, intelectuais, sente que eles — quer dizer, suas possibilidades de vida, seu estilo vital — são gigantescos para o tamanho do corpo coletivo em que está encerrado. E então descobriu que ser inglês, alemão ou francês é ser provinciano. Deparou-se, então, com que é "menos" que antes, porque antes o francês, o inglês e o alemão acreditavam, cada um por si, que eram o universo. É essa, me

parece, a autêntica origem dessa impressão de decadência que aflige o europeu. Portanto, uma origem puramente íntima e paradoxal, já que a hipótese de ter encolhido nasce, precisamente, do fato de sua capacidade ter crescido, e tropeçar com uma organização antiga, dentro da qual já não cabe.

Para dar um apoio plástico que esclareça o que foi dito, peguem qualquer atividade concreta; por exemplo: a fabricação de automóveis. O automóvel é uma invenção puramente européia. No entanto, a fabricação norte-americana desse artefato é superior hoje. Conseqüência: o automóvel europeu está em decadência. E, no entanto, o fabricante de automóveis europeu — industrial ou técnico — sabe muito bem que a superioridade do produto norte-americano não deriva de nenhuma virtude específica do homem de além-mar, mas simplesmente de que a fábrica americana pode oferecer seu produto a cento e vinte milhões de homens sem qualquer obstáculo. Imaginem que uma fábrica européia pudesse contar com um mercado formado por todos os Estados europeus, suas colônias e protetorados. Ninguém duvida de que esse automóvel, previsto para quinhentos ou seiscentos milhões de homens, seria muito melhor e mais barato que o Ford. Todos os benefícios peculiares da técnica americana são, quase com certeza, efeitos, e não causas da amplitude e homogeneidade de seu mercado. A "racionalização" da indústria é conseqüência automática do seu tamanho.

A situação autêntica da Europa seria, enfim, esta: seu longo e magnífico passado a fez chegar a um novo estágio de vida, onde tudo cresceu; mas, ao mesmo tempo, as estruturas sobreviventes desse passado são anãs e impedem a expansão atual. A Europa se fez na forma de pequenas nações. De certo modo, a idéia e o sentimento nacionais

foram sua inovação mais característica. E agora, ela é obrigada a se superar. Esse é o esquema do grande drama que vai ser representado nos anos vindouros. Saberá se libertar dos sobreviventes, ou ficará aprisionada neles para sempre? Porque já aconteceu uma vez na história de uma grande civilização morrer por não poder substituir sua idéia tradicional de Estado...

6

Contei, em outro lugar, a paixão e morte do mundo greco-romano e, quanto a certos detalhes, remeto-me ao que disse lá.¹²² Mas agora podemos abordar o assunto por outro aspecto.

Gregos e latinos aparecem na história alojados, como abelhas em sua colméia, dentro de urbes, de *polis*. Esse é um fato que temos de tomar, nessas páginas, como absoluto e de gênese misteriosa. Um fato do qual temos que partir sem discussão; como o zoólogo parte do dado bruto e inexplicado de que o *sphex*¹²³ vive solitário, errante, peregrino e, ao contrário, a abelha amarela só existe no enxame construtor de favos de mel.¹²⁴ O caso é que a

122 Ver o ensaio "Sobre la muerte de Roma", em *El Espectador*, tomo VI, 1927 [v. pág. 531 do tomo II das O. C. - NE].

123 Gênero de vespas, "vespas-cavadoras". Elas picam e paralisam outros insetos - NT.

124 Isso é o que faz a razão física e biológica, a "razão naturalista", demonstrando com isso que é menos razoável que a "razão histórica". Porque esta, quando trata as coisas a fundo, e não de soslaio como nestas páginas, nega-se a reconhecer qualquer fato como absoluto. Para ela, raciocinar consiste em fluidificar todo fato descobrindo sua gênese. Ver, do autor, o ensaio *Historia como sistema* [v. o tomo VI das O. C. - NE].

escavação e a arqueologia não permitem ver algo do que havia no solo de Atenas e no de Roma antes de Atenas e Roma existirem. Mas o percurso dessa pré-história, puramente rural e sem especificidade, até o brotar da cidade, fruta de espécie nova que o solo de ambas as penínsulas dá, permanece arcano: nem sequer está claro o nexo ético entre aqueles povos proto-históricos e essas estranhas comunidades, que trazem ao repertório humano uma grande inovação: a de construir uma praça pública e, em torno dela, uma cidade fechada para o campo. Porque, de fato, a definição mais certa do que é a urbe e a *polis* se parece muito com a que comicamente se dá do canhão: pegue um buraco, rodeie-o com arame muito apertado, e está pronto o canhão. Da mesma forma, a urbe e a *polis* começam com um vazio: o foro, a ágora; e todo o resto é pretexto para assegurar esse vazio, para delimitar seu redor. A *polis* não é, primordialmente, um conjunto de casas habitáveis, mas um lugar de ajuntamento civil, um espaço recortado para funções públicas. A urbe não é feita, como a cabana e o *domus*, para abrigar da intempérie e procriar, que são necessidades privadas e familiares, mas para discutir sobre a coisa pública. Notem que isso significa nada menos que a invenção de uma nova classe de espaço, muito mais nova que o espaço de Einstein. Até então, só existia um espaço: o campo, e nele se vivia com todas as consequências que isso traz para o ser do homem. O homem camponês ainda é um vegetal. Sua existência, o que pensa, sente e quer, conserva a sonolência inconsciente na qual vive a planta. As grandes civilizações asiáticas e africanas foram, nesse sentido, grandes vegetações antropomorfas. Mas o greco-romano decide se separar do campo, da "natureza", do cosmos geobotânico.

Como isso é possível? Como o homem pode se retirar do campo? Aonde irá, se o campo é toda a terra, se é o ilimitado? Muito simples: limitando um pouco de campo mediante muros, que oponham o espaço recluso e finito ao espaço amorfo e sem fim. Eis aí a praça. Não é, como a casa, um "interior" fechado por cima, igual às cavernas que existem no campo, mas que é pura e simplesmente a negação do campo. A praça, graças aos muros que a limitam, é um pedaço de campo que vira as costas para o resto, que prescinde do resto e se opõe a ele. Esse campo menor e rebelde, que realiza uma secessão do campo infinito e se reserva dele, é campo abolido e, portanto, um espaço *sui generis*, inédito, em que o homem se liberta de toda comunidade com a planta e o animal, deixa-os de fora e cria um ambiente à parte, puramente humano. É o espaço civil. Por isso Sócrates, o grande urbano, triplo extrato destilado do sumo da *polis*, dirá: "Eu não tenho nada a ver com as árvores no campo; eu só tenho a ver com os homens na cidade". O que souberam disso o hindu, o persa, o chinês ou o egípcio?

Até Alexandre e César, respectivamente, a história da Grécia e de Roma consistira na luta incessante entre esses dois espaços: entre a cidade racional e o campo vegetal, entre o jurista e o trabalhador, entre o *ius* e o *rus*.¹²⁵

Não pensem que essa origem da urbe é uma pura construção minha, e que ela só corresponde a uma verdade simbólica. Com insistência rara, os habitantes da cidade greco-latina conservam a lembrança de um *synoikismos*¹²⁶ no estrato primário e mais fundo de sua memória. Não é

125 O direito e o campo - NT.

126 Sinecismo é o período da história grega em que a população das *genes* rurais começa a aumentar, depois da primeira grande diáspora, e em que elas começam a se aglomerar, prenunciando a formação da *polis* - NT.

preciso analisar os textos, basta traduzi-los. *Synoikismos* é o acordo de ir viver juntos; portanto, ajuntamento, es- tritamente no duplo sentido desse vocábulo, físico e jurí- dico. Ao espalhamento vegetativo pela campina sucede a concentração civil na cidade. A urbe é a supercasa, a superação da casa ou ninho infra-humano, a criação de uma entidade mais abstrata, e mais alta que o *oikos* fami- liar. É a *república*, a *politeia*, que não se compõe de ho- mens e mulheres, mas de cidadãos. Uma dimensão nova, irreduzível às primitivas e às mais próximas do animal, se oferece ao existir humano, e os que antes só eram homens vão pôr nela suas melhores energias. Dessa maneira nasce a urbe, como Estado desde o início.

De certo modo, toda a costa mediterrânea sempre mostrou uma tendência espontânea a esse tipo estatal. Com mais ou menos pureza, o norte da África (Cartago = a cidade) repete o mesmo fenômeno. A Itália não saiu da Cidade-estado até o século XIX, e o nosso Levante se mantém o quanto pode no cantonalismo,¹²⁷ que é um ran- ço daquela inspiração milenar.¹²⁸

A Cidade-estado, sendo relativamente poucos os seus integrantes, permite ver claramente a especificidade do princípio estatal. Por um lado, a palavra Estado indica que as forças históricas conseguem uma combinação de equilíbrio, de assentamento. Nesse sentido, significa

127 Levante peninsular ou levante espanhol: corresponde à costa leste da pe- nínsula ibérica. Cantonalismo: movimento político que propunha a or- ganização dos estados em cantões, unidades administrativas e territoriais federadas mas quase independentes - NT

128 Seria interessante mostrar como na Catalunha colaboram duas inspira- ções antagônicas: o nacionalismo europeu e o *regionalismo* de Barcelona, no qual a tendência do velho homem mediterrâneo sempre sobrevive. Eu já disse uma vez que o levantino é o resto do *homo antiquus* que há na Península.

o contrário de movimento histórico: o Estado é convivência estabilizada, constituída, estática. Mas esse caráter de imobilidade, de forma quieta e definida, oculta, como todo equilíbrio, o dinamismo que produz e sustém o Estado. Faz esquecer, em suma, que o Estado constituído é só o resultado de um movimento anterior de luta, de esforços que tendiam a ele. Ao Estado constituído precede o Estado constituinte, e este é um princípio de movimento.

Quero dizer com isso que o Estado não é uma forma de sociedade que o homem ganha de mão beijada, mas que precisa ser penosamente forjada. Não é como a herda ou a tribo e as demais sociedades fundadas na consanguinidade, que a natureza se encarrega de fazer sem colaboração do esforço humano. Ao contrário, o Estado começa quando o homem se esforça por se evadir da sociedade nativa dentro da qual o sangue o inscreveu. E ao dizer sangue, entenda-se qualquer princípio natural; por exemplo, o idioma. Originariamente, o Estado consiste na mescla de sangues e línguas. É a superação de toda sociedade natural. É mestiço e plurilíngüe.

Assim, a cidade nasce na reunião de povos diversos. Constrói, sobre a heterogeneidade zoológica, uma homogeneidade abstrata de jurisprudência.¹²⁹ É claro que a unidade jurídica não é a aspiração que impulsiona o movimento criador do Estado. O impulso é mais sub-tantivo que todo direito, é o propósito de empresas vitais maiores que todas as possíveis nas minúsculas sociedades consanguíneas. Na gênese de todo Estado, sempre vemos ou entrevemos o perfil de um grande empresário.

Se observarmos a situação histórica que precede imediatamente ao nascimento de um Estado, sempre encontraremos o seguinte esquema: várias pequenas coletividades,

129 Homogeneidade jurídica que não implica forçosamente em centralismo.

cuja estrutura social é feita para que cada uma viva dentro de si mesma. A forma social de cada uma só serve para uma convivência interna. Isso indica que, no passado, viveram efetivamente isoladas, cada uma por si e para si, com nada mais que contatos excepcionais com as limítrofes. Mas, a esse isolamento efetivo, sucedeu uma verdadeira convivência externa, sobretudo econômica. O indivíduo de cada coletividade já não vive só desta, mas parte de sua vida está travada com indivíduos de outras coletividades, com os quais faz comércio, mercantil e intelectual. Sobrevém, então, um desequilíbrio entre duas convivências: a interna e a externa. A forma social estabelecida — direitos, “costumes” e religião — favorece a interna e dificulta a externa, mais ampla e nova. Nessa situação, o princípio estatal é o movimento que leva à aniquilação das formas sociais de convivência interna, substituindo-as por uma forma social adequada à nova convivência externa. Aplique-se isso ao atual momento europeu, e essas expressões abstratas ganharão figura e cor.

Não há criação estatal quando a mente de certos povos não é capaz de abandonar a estrutura tradicional de uma forma de convivência e, além disso, de imaginar outra que nunca existiu. Por isso é criação autêntica. O Estado começa como uma obra de Imaginação absoluta. A imaginação é o poder libertador que o homem tem. Um povo é capaz de Estado na medida em que o seja de imaginar. E por isso todos os povos tiveram um limite em sua evolução estatal, precisamente o limite imposto pela natureza à sua fantasia.

O grego e o romano, capazes de imaginar a cidade que triunfa sobre a dispersão campestre, detiveram-se nos muros urbanos. Houve quem quisesse levar além as mentes

greco-romanas, quem quisesse libertá-las da cidade; mas o empenho foi em vão. A teimosia imaginativa do romano, representada por Bruto, se encarregou de assassinar César – a maior fantasia da antiguidade. É muito importante nós, europeus de hoje, recordarmos essa história; porque a nossa chegou ao mesmo capítulo.

7

Cabeças claras, o que se chama cabeças claras, provavelmente não houve mais que duas em todo o mundo antigo: Temístocles e César; dois políticos. A coisa é surpreendente porque, em geral, o político, incluindo o famoso, é político precisamente *porque* é bobo.¹³⁰ Houve, sem dúvida, na Grécia e em Roma, outros homens que pensaram idéias claras sobre muitas coisas – filósofos, matemáticos, naturalistas. Mas sua clareza foi de ordem científica, quer dizer, uma clareza sobre coisas abstratas. Todas as coisas de que fala a ciência, seja ela qual for, são abstratas, e as coisas abstratas são sempre claras. De sorte que a clareza da ciência não está tanto na cabeça dos que a fazem como nas coisas de que falam. O que é essencialmente confuso, intrincado, é a realidade vital concreta, que é sempre única. Quem for capaz de se orientar nela com precisão; quem vislumbrar, sob o caos que toda situação vital apresenta, a anatomia secreta do instante, em suma, o que não se perder na vida, esse é de verdade uma cabeça clara. Observem os que vos rodeiam e verão como andam perdidos

130 O sentido dessa asseveração abrupta, que supõe uma idéia clara do que seja a política, toda política – a “boa” ou a má –, encontra-se no tratado sociológico do autor intitulado *El hombre y la gente* – NE.

na vida; vão como sonâmbulos, com sua boa ou má sorte, sem nem suspeitar o que lhes acontece. Ouvirão falarem em fórmulas taxativas sobre si mesmos e sobre seu entorno, o que indicaria que possuem idéias sobre tudo isso. Mas se analisarem essas idéias sumariamente, notarão que não refletem nem muito nem pouco a realidade a que parecem se referir, e se aprofundarem mais a análise, verão que nem sequer pretendem se ajustar a tal realidade. Todo o contrário: com elas, o indivíduo tenta interceptar sua própria visão do real, e de sua própria vida. Porque a vida é um verdadeiro caos onde ele está perdido. O homem suspeita disso; mas tem pavor de se encontrar cara a cara com essa realidade terrível, e procura ocultá-la com uma cortina fantasmagórica, onde tudo está muito claro. Não se importa que suas “idéias” não sejam verdadeiras; usa-as como trincheiras para se defender da sua vida, como rompanes para afugentar a realidade.

O homem de cabeça clara é aquele que se liberta dessas “idéias” fantasmagóricas e olha a vida de frente, e assume que tudo é problemático nelas, e se sente perdido. Como isso é a pura verdade – a saber, que viver é se sentir perdido –, aquele que o aceita já começou a se encontrar, já começou a descobrir sua autêntica realidade, já está em terra firme. Instintivamente, como o náufrago, buscará algo a que se agarrar, e essa busca trágica, peremptória, absolutamente veraz, porque se trata de salvar-se, o fará ordenar o caos de sua vida. Essas são as únicas idéias verdadeiras: as idéias dos náufragos. O resto é retórica, postura, farsa íntima. Aquele que não se sente verdadeiramente perdido, perde-se inexoravelmente; quer dizer, jamais se encontra, nunca encara a própria realidade.

Isso é certo em todas as instâncias, mesmo na ciência, mesmo a ciência sendo em si uma fuga da vida (a maior

parte dos homens de ciência se dedicou a ela por terror de enfrentar a própria vida. Não são cabeças claras; disso vem sua notória burrice diante de qualquer situação concreta). Nossas idéias científicas valem na medida em que tenhamos nos sentido perdidos em uma questão, em que tenhamos visto bem seu caráter problemático e compreendido que não podemos nos apoiar em idéias recebidas, em receitas, em lemas nem palavras. Aquele que descobre uma nova verdade científica teve, antes, que triturar quase tudo o que havia aprendido, e chega a essa nova verdade com as mãos sangrentas por ter degolado inumeráveis lugares-comuns.

A política é muito mais real que a ciência, porque se compõe de situações únicas em que o homem se vê de repente submerso, queira ou não. Por isso é o tema que nos permite distinguir melhor quem são as cabeças claras e quem são cabeças rotineiras.

César é o exemplo máximo que conhecemos de dom para encontrar o perfil substantivo da realidade em um momento de confusão pavorosa, em uma das horas mais caóticas que a humanidade já viveu. E como se o destino tivesse se dignado a destacar a exemplaridade, pôs ao seu lado uma magnífica cabeça de intelectual, a de Cícero, dedicada a confundir as coisas durante toda sua existência.

O excesso de boa sorte tinha desarticulado o corpo político romano. A cidade tiberiana, dona da Itália, da Espanha, da África Menor, do Oriente clássico e helenístico, estava a ponto de arrebentar. Suas instituições públicas tinham uma essência municipal e eram inseparáveis da urbe, como as hamadriades estão adscritas à árvore que tutelam,¹³¹ sob pena de se consumirem.

131 Ninfas que nascem com as árvores para protegê-las, e com as quais partilham o destino - NT.

A saúde das democracias, qualquer que seja seu tipo e seu grau, depende de um mísero detalhe técnico: o procedimento eleitoral. Tudo o mais é secundário. Se o regime de comícios é apropriado, se é ajustado à realidade, tudo vai bem; se não, ainda que o resto corra de maneira ótima, tudo vai mal. Roma, ao começar o século I antes de Cristo, é onipotente, rica, não tem inimigos à frente. Entretanto, está a ponto de fenecer, porque se obstina em conservar um regime eleitoral estúpido. Um regime eleitoral é estúpido quando é falso. Tinha-se que votar na cidade. Já os cidadãos do campo não podiam assistir aos comícios. E muito menos os que viviam espalhados por todo o mundo romano. Como as eleições eram impossíveis, tiveram que falsificá-las, e os candidatos organizavam partidas de clava - com veteranos do exército, com atletas do circo - que se encarregavam de romper as urnas.

Sem o apoio do sufrágio autêntico, as instituições democráticas estão no ar. No ar estão as palavras: "A República não era mais que uma palavra". A expressão é de César. Nenhuma magistratura gozava de autoridade. Os generais da esquerda e da direita - Mário e Sila - mostravam sua insolência em ditaduras vazias que não levavam a nada.

César nunca explicou sua política, mas se entreteve em fazê-la. Mas acontece que era César, e não o manual de cesarismo que veio, naturalmente, depois. Se queremos entender aquela política, não há outro remédio a não ser pegar seus atos e dar-lhes nome. O segredo está em sua fanfanha capital: a conquista das Gálias. Para entendê-la, teve que se declarar rebelde frente ao poder constituído. Por quê?

Os republicanos estavam no poder, ou seja, os conservadores, os fiéis à Cidade-estado. Sua política pode ser

resumida em duas cláusulas: primeira, os transtornos da vida pública romana provêm de sua expansão excessiva. A cidade não pode governar tantas nações. Toda nova conquista é um delito que lesa a república. Segunda, para evitar a dissolução das instituições é preciso um *príncipe*.

Para nós, a palavra *príncipe* tem um sentido quase oposto ao que tinha para um romano. Por príncipe ele entendia, precisamente, um cidadão como os demais, mas que era investido de poderes superiores, a fim de regular o funcionamento das instituições republicanas. Cícero, em seus livros *Sobre a República*, e Salústio, em seus memoriais a César, resumem o pensamento de todos os republicanos pedindo um *princeps civitatis*, um *rector rerum publicarum*, um *moderator*.

A solução de César é totalmente oposta à conservadora. Compreende que, para curar as conseqüências das conquistas romanas anteriores, não havia mais remédio a não ser prosseguir-las, aceitando, até o fim, tão enérgico destino. Sobretudourgia conquistar os povos novos, que seriam mais perigosos, num futuro não muito distante, que as nações corruptas do Oriente. César sustentará a necessidade de romanizar a fundo os povos bárbaros do Ocidente.

Disseram (Spengler) que os greco-romanos eram incapazes de sentir o tempo, de ver sua vida como uma dilatação na temporalidade. Existiam em um presente pontual. Eu suspeito que esse diagnóstico seja errado, ou, pelo menos, que confunda duas coisas. O greco-romano padece de uma surpreendente cegueira para o futuro. Não o vê, como o daltônico não vê a cor vermelha. Mas, ao contrário, vive arraigado no passado. Antes de fazer qualquer coisa, dá um passo atrás, como *Lagartijo* ao atirar-se para matar.¹³² busca no passado um modelo para a situação presente e,

132 Proavelmente, Rafael Molina Sánchez (1841-1900), conhecido como "Lagartijo" *matador de toros*, famoso toureiro espanhol - NT.

informado por ele, mergulha na atualidade, protegido e deformado pelo ilustre escafandro. Assim, todo o seu viver é, de certo modo, reviver. Isso é ser arcaizante, e o antigo quase sempre foi assim. Mas isso não é ser insensível ao tempo. Significa, simplesmente, um cronismo incompleto; manco da asa futurista e com hipertrofia da dos tempos idos. Nós europeus fomos desde sempre atraídos para o futuro, e sentimos que é essa a dimensão mais substancial do tempo, o qual, para nós, começa pelo "depois" e não pelo "antes". Compreende-se porque, ao olharmos a vida greco-romana, ela nos parece anacrônica.

Essa quase mania, de sempre olhar o presente pelos moldes de um passado exemplar, se transferiu do homem antigo ao filólogo moderno. O filólogo também é cego para o porvir. Também ele retrograda, busca um precedente em toda atualidade, ao qual chama, com um lindo vocábulo de éloga, o seu "forte". Digo isso porque já os antigos biógrafos de César se fecham na compreensão dessa enorme figura, supondo que tentava imitar Alexandre. A equação se impunha: se Alexandre não conseguia dormir, pensando nos louros de Milcíades, César tinha, obrigatoriamente, que ter insônia pelos de Alexandre. E assim sucessivamente. Sempre o passo atrás, e o pé de hoje na pegada de ontem. O filólogo contemporâneo repercute o biógrafo clássico.

Acreditar que César aspirava fazer algo semelhante ao que fez Alexandre - e quase todos os historiadores acreditaram nisso - é renunciar radicalmente a entendê-lo. César é quase o contrário de Alexandre. A idéia de um reino universal é a única coisa que os equipara. Mas essa idéia não é de Alexandre, mas vem da Pérsia. A imagem

de Alexandre teria levado César ao Oriente, ao passado prestigioso. Sua preferência radical pelo Ocidente revela mais a vontade de contradizer o macedônio. E, ademais, não é um reino universal, sem mais nem menos, o que César se propõe. Seu propósito é mais profundo. Quer um Império Romano que não viva de Roma, mas da periferia, das províncias, e isso implica na superação absoluta da Cidade-estado. Um Estado onde colaborem os povos mais diversos, ao qual todos se sintam solidários. Não um centro que manda e uma periferia que obedece, mas um gigantesco corpo social, onde cada elemento seja, ao mesmo tempo, sujeito passivo e ativo do Estado. Tal é o Estado moderno, e essa foi a fabulosa antecipação de seu gênio futurista. Mas isso supunha um poder extraromano, antiaristocrata, infinitamente mais elevado que a oligarquia republicana, que o *príncipe*, que era só um *primus inter pares*. Esse poder executivo e representante da democracia universal só podia ser a monarquia, com sua sede fora de Roma.

República, monarquia! Duas palavras que mudam constantemente de sentido *auténtico* na história, e que por isso mesmo é preciso destrinchar a todo instante, para se certificar de seu conteúdo eventual.

Seus homens de confiança, seus instrumentos mais imediatos, não eram ilustrações arcaicas da urbe, mas gente nova, provinciana, personagens enérgicos e eficientes. Seu verdadeiro ministro foi Cornélio Balbo, um homem de negócios gaditano, um atlântico, um "colonial".

Mas a antecipação do novo Estado era excessiva: as cabeças lentas do Lácio não podiam dar um salto tão grande. A imagem da cidade, com seu materialismo tangível, impediu que os romanos "vissem" aquela organização

inédita do corpo público. Como podiam formar um Estado homens que não viviam numa cidade? Que gênero de unidade era essa, tão sutil e quase mística?

Repito uma vez mais: a realidade a que chamamos Estado não é a convivência espontânea de homens que a consangüidade uniu. O Estado inicia quando se obriga grupos nativamente separados a conviverem. Essa obrigação não é pura violência, mas supõe um projeto inaugural, uma tarefa comum que é proposta aos grupos dispersos. Antes de tudo, o Estado é o projeto de um fazer e programa de colaboração. Convocar as pessoas para que façam algo juntas. O Estado não é consangüidade, nem unidade lingüística, nem unidade territorial, nem continuidade de habitação. Não é nada material, inerte, dado e limitado. É um puro dinamismo — a vontade de fazer algo em comum —, e, graças a isso, a idéia estatal não está limitada por nenhuma fronteira física.¹³³

É agudíssima a conhecida empresa política de Saavedra Fajardo: uma seta, e abaixo dela: "Ou sobe ou desce". Isso é o Estado. Não é uma coisa, mas um movimento. O Estado é, a todo instante, algo que *vem de e vai para*. Como todo movimento, tem um *terminus a quo* e um *terminus ad quem*. Corte a vida de um verdadeiro Estado, e encontrará uma unidade de *convivência* que parece fundada em algum atributo material: sangue, idioma, "fronteiras naturais". A interpretação estática nos levará a dizer: isso é o Estado. Mas logo perceberemos que essa agrupação humana está fazendo algo em comum: conquistando outros povos, fundando colônias, federando-se com outros Estados, quer dizer, que está superando, a

133 Ver, do autor, "El origen deportivo del Estado", em *El Espectador*, tomo VII, 1930 [v. pág. 601 do tomo II das O. C. — NE].

todo momento, o que parecia ser o princípio material de sua unidade. É o *terminus ad quem*, é o verdadeiro Estado, cuja unidade consiste precisamente em superar toda unidade dada. Quando cessa esse impulso para além, o Estado sucumbe automaticamente, e a unidade que já existia e parecia fisicamente consolidada – raça, idioma, fronteira natural – não serve para nada: o Estado se desagra, se dispersa, se atomiza.

Só essa duplicidade de momentos no Estado – a unidade que já é e a mais ampla que projeta ser – permite compreender a essência do Estado nacional. É sabido que ainda não conseguiram dizer em que consiste uma nação, se dermos a esse vocábulo sua acepção moderna. A Cidade-estado era uma idéia muito clara, que se via com os olhos da cara. Mas o novo tipo de unidade pública que germinava entre gauleses e germanos, a inspiração política do Ocidente, é coisa muito mais vaga e escura. O filólogo, o historiador atual, que é por si arcaizante, fica quase tão perplexo diante desse fato formidável quanto César e Tácito quando queriam dizer, com sua terminologia romana, o que eram aqueles Estados incipientes, transalpinos e ultrarrenanos, como os espanhóis. Chamam-nos de *civitates*, *gens*, *natio*, sabendo que nenhum desses nomes con- diz com a coisa.¹³⁴ Não são *civitates*, pela simples razão de não serem cidades.¹³⁵ Mas também não resolveria usar um termo vago e aludir com ele a um território delimitado. Os povos novos mudam de terreno com suma facilidade, ou pelo menos ampliam e reduzem o que ocupavam. Tampouco são unidades étnicas – *gentes*, *nationes*. Por

134 Ver Dopsch: *Fundamentos econômicos e sociais da civilização europeia*, 2ª edição, 1924, tomo II, pp. 3 e 4.

135 Os romanos não chamavam de cidades os povoados dos bárbaros, por mais denso que fosse o casario. Chamavam-nos, “*faut de mieuux*”, *sedes artorum*.

mais longe que retrocedamos, os novos Estados já aparecem formados por grupos de natividade independente. São combinações de sangues distintos. Então, o que é uma nação, já que não é nem comunidade de sangue, nem pertença a um território, nem nada desse tipo?

Como sempre acontece, também nesse caso uma pura submissão aos fatos nos dá a chave. O que salta aos olhos quando repassamos a evolução de qualquer “nação moderna”? – França, Espanha, Alemanha. Simplesmente isso: o que em certa data parecia constituir a nacionalidade, aparece negado numa data posterior. Primeiro, a nação parece a tribo, e a tribo do lado, a não-nação. Logo a nação se compõe de duas tribos, mais tarde é uma comarca, e pouco depois já é todo um condado, ou ducado ou “reino”. A nação é Leão, mas não Castela; logo é Leão e Castela, mas não Aragão. É evidente a presença de dois princípios: um, variável e sempre superado – tribo, comarca, ducado, “reino”, com seu idioma ou dialeto –; outro, permanente, que salta livremente sobre todos esses limites, e postula como unidade o que o primeiro considerava precisamente como contraposição radical.

Os filólogos – chamo assim aos que hoje pretendem se denominar “historiadores” – exibem uma deliciosa palhaçada quando partem do que são as nações do Ocidente agora, nessa data fugaz, nesses dois ou três séculos, e supõem que Vercingetórix ou que o Cid Campeador já queriam uma França de São-Malo a Estrasburgo – precisamente – e uma *Spania* de Finisterra a Gibraltar.¹³⁶

136 Vercingetórix: chefe gaules que liderou a grande revolta contra os romanos em 53 a.C. – Cid Campeador: Rodrigo Diaz de Vivar (1043-1099), chamado O Cid (“senhor”) Campeador (*Campidoctor*, *Campeão*), guerreiro castelhano, combateu os mouros na época em que a Hispânia estava dividida entre reinos cristãos e muçulmanos. – Saint-Malo (*Sant-Maloit*): comuna francesa na região Bretanha, extremo oeste. – Estrasburgo (*Stras-*

Esses filólogos – como o ingênuo dramaturgo – quase sempre fazem com que seus heróis partam para a guerra dos Trinta Anos. Para nos explicar como a França e a Espanha se formaram, eles supõem que a França e a Espanha preexistiam como unidades no fundo das almas francesas e espanholas. Como se realmente existissem franceses e espanhóis antes que a França e a Espanha existissem! Como se o francês e o espanhol não fossem, simplesmente, coisas que foram forjadas com dois mil anos de trabalho!

A pura verdade é que as nações atuais são tão somente a manifestação atual daquele princípio variável, condenado à perpétua superação. Esse princípio agora não é o sangue nem o idioma, posto que a comunidade de sangue e de idioma da França ou da Espanha foi efeito, e não causa, da unificação estatal; esse princípio agora é a “fronteira natural”.

É aceitável que um diplomata empregue, em sua esgrima astuta, esse conceito de fronteiras naturais, como *ultima ratio* de suas argumentações. Mas um historiador não pode se proteger atrás dele como se fosse um reduto definitivo. Nem é definitivo nem sequer suficientemente específico.

Não se esqueça de qual é a questão, levantada rigorosamente. Trata-se de averiguar o que é o Estado nacional – o que hoje geralmente chamamos de nação –, e a diferença entre ele e outros tipos de Estado, como a Cidade-estado ou, indo para o outro extremo, como o Império fundado

bourg): comuna francesa capital da Alsácia, extremo leste. – Finisterra: município da Espanha na província da Corunha, na Galiza. O nome deriva do latim, *finis terrae*, “fim da terra”; extremo oeste. – Gibraltar: no extremo sul da península Ibérica, separa o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, a Europa e a África – NT.

por Augusto.¹³⁷ Se o que queremos é formular o tema de modo ainda mais claro e preciso, digamos assim: que força real produziu essa convivência de milhões de homens sob uma soberania de poder público, a que chamamos de França, ou Inglaterra, ou Espanha, ou Itália, ou Alemanha? Não foi a prévia comunidade de sangue, porque cada um desses corpos coletivos está regado por torrentes de sangue muito heterogêneas. Tampouco foi a unidade lingüística, porque os povos reunidos hoje em um Estado falavam, ou ainda falam, idiomas distintos. A relativa homogeneidade de raça e língua de que gozam hoje – supondo que isso seja um gozo – é resultado da prévia unificação política. Portanto, nem o sangue nem o idioma fazem o Estado nacional; e sim, é o Estado nacional que nivela as diferenças originárias do glóbulo vermelho e do som articulado. E sempre aconteceu assim. Poucas vezes, para não dizer nunca, o Estado coincidiu com uma identidade prévia de sangue ou idioma. Nem a Espanha é hoje um Estado nacional porque em toda ela se fala o espanhol,¹³⁸ nem foram Estados nacionais Aragão e Catalunha *porque*, num certo dia, arbitrariamente escolhido, coincidiram os limites territoriais de sua soberania com os de fala aragonesa e catalã. Estaríamos mais próximos da verdade se, respeitando a casuística que toda realidade oferece, nos aproximássemos dessa presunção: toda unidade lingüística que abarca um território de determinada extensão é, quase seguramente,

137 Sabemos que o Império de Augusto é o *contrário* do que seu pai adotivo, César, quis instaurar. Augusto opera no sentido de Pompeu, dos inimigos de César. Até hoje, o melhor livro sobre o assunto é o de Eduardo Meyer: *A Monarquia de César e o Principado de Pompeu*, 1918.

138 Nem como fato puro é verdade que todos os espanhóis falem espanhol, nem todos os ingleses, inglês, nem todos os alemães, alto alemão.

a precipitação de alguma unificação política precedente.¹³⁹ O Estado foi sempre um grande intérprete.

Faz muito tempo que isso acontece, o que torna muito estranha a obstinação com que, no entanto, persistem em pôr o sangue e o idioma como fundamentos da nacionalidade. Na qual eu vejo o mesmo tanto de ingratidão e de incongruência. Porque o francês deve sua França atual, e o espanhol sua atual Espanha, a um princípio X, cujo impulso consistiu precisamente em superar a estreita comunidade de sangue e de idioma. De modo que a França e a Espanha consistiriam hoje no contrário do que as tornou possíveis.

Comete tergiversação parecida quem quer fundar a idéia de nação numa grande figura territorial, descobrindo o princípio da unidade, que sangue e idioma não proporcionam, no misticismo geográfico das “fronteiras naturais”. Troçamos aqui no mesmo erro de óptica. O acaso atual nos mostra as chamadas nações instaladas em amplos terrenos de continente ou nas ilhas adjacentes. E desses limites atuais querem fazer algo definitivo e espiritual. São, dizem, “fronteiras naturais”, e com sua “naturalidade” querem dizer uma predeterminação quase mágica da história pela forma telúrica. Mas esse mito se esvai logo que o submetemos ao mesmo raciocínio que invalidou a comunidade de sangue e de idioma como fontes da nação. Também aqui, se retrocedermos alguns séculos, surpreenderemos a França e a Espanha dissociadas em nações menores, com suas inevitáveis “fronteiras naturais”. A montanha fronteira era menos imponente que os Pirineus e os Alpes, e a barreira líquida, menos

caudalosa que o Reno, o passo de Calais e o estreito de Gibraltar. Mas isso só demonstra que a “naturalidade” das fronteiras é meramente relativa. Depende dos meios econômicos e bélicos da época.

A realidade histórica da famosa “fronteira natural” consiste, simplesmente, em ser um obstáculo para a expansão do povo A sobre o povo B. Porque ser um obstáculo — de convivência ou de guerra — para A, é ser uma defesa para B. A idéia de “fronteira natural” implica, pois, ingenuamente e de forma quase mais natural que a própria fronteira, a possibilidade de expansão e fusão ilimitadas entre os povos. Pelo visto, só um obstáculo material lhes põe um freio. As fronteiras de ontem e de anteontem não nos parecem hoje fundamentos da nação francesa ou espanhola, mas o inverso: obstáculos que a idéia nacional encontrou em seu processo de unificação. E mesmo assim, queremos atribuir um caráter definitivo e fundamental às fronteiras de hoje, apesar de os novos meios de tráfico e guerra terem anulado sua eficácia como obstáculos.

Então qual foi o papel das fronteiras na formação das nacionalidades, já que não foram seu fundamento positivo? A coisa é clara e de suma importância para entender a autêntica inspiração do Estado nacional frente à Cidade-estado. As fronteiras serviram para consolidar, em cada momento, a unificação política já conquistada. Não foram, portanto, o princípio da nação, mas o contrário; a princípio foram obstáculo e, logo, uma vez invadidas, foram meio material para assegurar a unidade.

Pois bem: exatamente o mesmo papel corresponde à raça e à língua. Não é a comunidade nativa de uma ou de outra o que constituiu a nação, mas o contrário: o Estado nacional sempre se deparou, em seu afã de unificação,

139 Ficam de fora, é claro, todos os casos do koiné e língua franca, que não são linguagens nacionais, mas especificamente internacionais.

com muitas raças e muitas línguas, e com tantos outros obstáculos. Uma vez dominados estes energicamente, produziu uma relativa unificação de sangue e idiomas, que serviu para consolidar a unidade.

Enfim, não há outro remédio a não ser desfazer a tergiversação tradicional de que padece a idéia de Estado nacional, e se habituar a considerar como obstáculos primários para a nacionalidade precisamente as três coisas que se acreditava serem suas constituintes. É claro que, ao desfazer uma tergiversação, serei eu quem parece cometer-la agora.

É preciso decidir buscar o segredo do Estado nacional em sua inspiração peculiar como tal Estado, em sua própria política, e não em princípios forasteiros e de caráter biológico ou geográfico.

Por que, definitivamente, acharam necessário recorrer à raça, à língua e ao território nativos para compreender o fato maravilhoso das nações modernas? Pura e simplesmente, porque achamos nelas uma intimidade e solidriedade radical dos indivíduos com o poder público, desconhecidas no Estado antigo. Em Atenas e em Roma, só uns poucos homens eram o Estado; os demais — escravos, aliados, provinciais, colonos — eram só súditos. Na Inglaterra, na França, na Espanha, ninguém nunca foi somente súdito do Estado, mas foi sempre participante dele, um com ele. A forma, sobretudo jurídica, dessa união com o Estado, foi muito distinta conforme os tempos. Houve grandes diferenças de categoria e estatuto pessoal, classes relativamente privilegiadas e classes relativamente postergadas; mas se interpretarmos a realidade efetiva da situação política em cada época e revivermos seu espírito, fica evidente que todo indivíduo se sentia sujeito ativo

do Estado, participe e colaborador. Nação — no sentido que essa palavra emite no Ocidente há mais de um século — significa a “união hipostática” do Poder público e da coletividade regida por ele.

O Estado é sempre, qualquer que seja sua forma — primitiva, antiga, medieval ou moderna —, o convite que um grupo de homens faz a outros grupos humanos para executarem juntos uma empresa. Essa empresa, quaisquer que sejam seus trâmites intermediários, consiste, por fim, em organizar certo tipo de vida comum. Estado e projeto de vida, programa de trabalho ou conduta humanos, são termos inseparáveis. As diferentes classes de Estado nascem da maneira segundo a qual o grupo empresário estabelece a colaboração com os *outros*. Assim, o Estado antigo nunca acerta ao se fundir com os *outros*. Roma manda e educa os italiotas e as províncias; mas não os eleva à união consigo. Não conseguiu a fusão política dos cidadãos nem na mesma urbe. Não esqueçamos de que, durante a República, Roma foi, a rigor, duas Romas: o Senado e o povo. A unificação estatal nunca passou de mera articulação entre grupos que permaneceram externos e estranhos uns aos outros. Por isso o Império ameaçado não pôde contar com o patriotismo dos outros, e teve que se defender exclusivamente com seus meios burocráticos de administração e de guerra.

Essa incapacidade de todo grupo grego e romano para se fundir com outros provém de causas profundas que não convém perscrutar agora e que, definitivamente, se resumem a uma: o homem antigo interpretou a colaboração em que, querendo ou não, consiste o Estado, de uma maneira simples, elementar e tosca; a saber: como

dualidade de dominantes e dominados.¹⁴⁰ A Roma cabia mandar e não obedecer; aos demais, obedecer e não mandar. Desse modo, o Estado se materializa no *pomoerium*, no corpo urbano delimitado fisicamente por muros.¹⁴¹

Mas os povos novos trazem uma interpretação menos material do Estado. Se ele é um projeto de empresa comum, sua realidade é puramente dinâmica; um fazer, a comunidade em ação. Sendo assim, é parte ativa do Estado, é sujeito político todo aquele que aderir à empresa — raça, sangue, adscrição geográfica, classe social, ficam em segundo plano. Não é a comunidade anterior, passada, tradicional e imemorial — em suma, fatal e irreformável —, que justifica a convivência política, mas a comunidade futura no fazer efetivo. Não o que fomos ontem, mas o que vamos fazer juntos amanhã nos reúne em Estado. E disso vem a facilidade com que a unidade política, no Ocidente, brinca com todos os limites que aprisionaram o Estado antigo. E o europeu, em relação ao *homo antiquus*, se comporta como um homem aberto para o futuro, que vive conscientemente instalado nele e, a partir dele, decide sua conduta presente.

Essa tendência política avançará inexoravelmente até unificações cada vez mais amplas, sem que haja nada que a detenha a princípio. A capacidade de fusão é ilimitada. Não só de um povo com outro, mas o que é mais característico ainda do Estado nacional: a fusão de todas as

140 Confirma isso o que à primeira vista parece controverso: a concessão da cidadania a todos os habitantes do Império. Pois resulta que essa concessão foi feita precisamente à medida que ia perdendo seu caráter de estatuto político, para se converter ou em simples cargo e serviço ao Estado ou em mero título de direito civil. De uma civilização em que a escravidão tinha valor de princípio não se podia esperar outra coisa. Para nossas “nações”, ao contrário, a escravidão foi somente um fato residual.

141 *Pomoerium* ou *pomerium*: “após o muro”; como chamavam a fronteira simbólica da cidade de Roma — NT.

classes sociais dentro de cada corpo político. Conforme a nação cresce territorial e etnicamente, vai ficando mais uma a colaboração interior. O Estado nacional é demográfico na raiz, num sentido mais decisivo que todas as diferenças entre as formas de governo.

É curioso notar que, ao definir a nação fundamentando-a numa comunidade de passado, sempre acabam aceitando a fórmula de Renan como a melhor, simplesmente porque nela se adiciona ao sangue, ao idioma e às tradições comuns um atributo novo, dizendo que é um “plebiscito cotidiano”. Mas será que entendem bem o que essa expressão significa? Não podemos agora dar a ela um conteúdo de sentido oposto ao que Renan lhe insuflava, e que é, contudo, muito mais verdadeiro?

8

“Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas juntos, querer fazer outras mais: eis aí as condições essenciais para ser um povo... No passado, uma herança de glórias e remorsos; no porvir, um mesmo programa a realizar... A existência de uma nação é um plebiscito cotidiano”.

Essa é a conhecidíssima sentença de Renan. Como se explica sua fortuna excepcional? Sem dúvida, pela graça dessa nota. Essa idéia, de que a nação consiste em um plebiscito cotidiano, opera sobre nós como uma liberação. Sangue, língua e passado comuns são princípios estáticos, fatais, rígidos, inertes: são prisões. Se a nação consistisse nisso e em nada mais, ela seria uma coisa situada às nossas

costas, com a qual não teríamos nada que fazer. A nação seria algo que se é, mas não algo que se faz. Nem sequer teria sentido defendê-la quando alguém a ataca.

Queira-se ou não, a vida humana é constante ocupação com algo futuro. Desde este instante nos ocupamos com o que vem depois. Por isso viver é sempre, sempre, sem pausa nem descanso, fazer. Por que não se reparou que *fazer*, todo *fazer*, significa realizar um futuro? Inclusive quando nos entregamos a recordar. *Fazemos* memória neste segundo para conseguir algo no imediato, mesmo que não seja mais que o prazer de reviver o passado. Esse modesto prazer solitário se apresentou a nós há um momento como um futuro desejável; por isso o fazemos. Portanto, gravem: nada tem sentido para o homem senão em função do futuro.¹⁴²

Se a nação não consistisse em nada mais que passado e presente, ninguém se ocuparia de defendê-la contra um ataque. Os que afirmam o contrário são hipócritas ou mentecaptos. Mas acontece que o passado nacional

142 Segundo isso, o ser humano tem irremediavelmente uma constituição futurista; ou seja, vive, antes de tudo, no futuro e do futuro. Não obstante, contrapõe o homem antigo ao europeu dizendo que aquele é relativamente fechado para o futuro, e este, relativamente aberto. Há, pois, contradição aparente entre as duas teses. Surge essa aparência quando se esquece de que o homem é um ente de dois andares: por um lado é o que é; por outro, tem idéias sobre si mesmo que coincidem mais ou menos com sua realidade autêntica. Evidentemente, nossas idéias, preferências, desejos, não podem anular nosso verdadeiro ser, mas sim complicá-lo e modulá-lo. O antigo e o europeu estão igualmente preocupados com o futuro; mas aquele submete o futuro ao regime do passado, ao passo que nós deixamos maior autonomia ao porvir, ao novo enquanto tal. Esse antagonismo, não no ser, mas no preferir, justifica que qualifiquemos o europeu como futurista e o antigo como arcaizante. É revelador que, assim que o europeu desperta e toma posse de si, começa a chamar sua vida de "época moderna". Como sabemos, "moderno" quer dizer o novo, o que nega o uso antigo. Já no fim do século XIV se começa a ressaltar a modernidade, precisamente nas questões que interessam mais agudamente ao tempo, e se fala, por exemplo, de *devotio moderna*, uma espécie de vanguardismo na "teologia mística".

projeta atrativos – reais ou imaginários – no futuro. Parece desejável um futuro no qual nossa nação continue existindo. Por isso nos mobilizamos em sua defesa; não pelo sangue, nem pelo idioma, nem pelo passado comum. Ao defender a nação, defendemos o nosso amanhã, não nosso ontem.

Isso é o que transborda da frase de Renan: a nação como excelente programa para amanhã. O plebiscito decide um futuro. Que o futuro consista em uma perda da razão do passado, nesse caso, não modifica em nada a questão; só revela que a definição de Renan também é arcaizante.

Portanto, o Estado nacional representaria um princípio estatal mais próximo à idéia pura de Estado que a antiga *polis* ou a "tribo" dos árabes, circunscrita pelo sangue. De fato, não é pouco o lastro de conexão que a idéia nacional conserva com o passado, o território e a raça; mas por isso mesmo é surpreendente notar como sempre triunfa nela o puro princípio de unificação humana, em torno de um incitante programa de vida. E mais: eu diria que esse lastro de passado e essa relativa limitação dentro de princípios materiais não foram nem são completamente espontâneos nas almas do Ocidente, mas procedem da interpretação erudita dada pelo romantismo à idéia de nação. Se esse conceito de novo conceito de nacionalidade tivesse existido na Idade Média, a Inglaterra, a França, a Espanha e a Alemanha teriam ficado por nascer.¹⁴³ Porque essa interpretação confunde o que impulsiona e constitui uma nação com o que meramente a consolida e conserva. Não foi o patriotismo – diga-se de uma vez – o que fez

143 O princípio das nacionalidades é, cronologicamente, um dos primeiros sintomas do romantismo – fins do século XVIII.

as nações. Crer no contrário é a palhaçada a que já aludi, e que o próprio Renan admite em sua famosa definição. Se, para que exista uma nação, é preciso que um grupo de homens tenha um passado comum, eu me pergunto como chamaremos a esse mesmo grupo de homens enquanto vivia no presente que, visto de hoje, é um passado. Pelo visto, era forçoso que essa existência comum fenecesse, passasse, para que pudessem dizer: somos uma nação. Não notam aqui o vício geral dos filólogos e dos arquivistas, sua óptica profissional que os impede de ver a realidade quando não é passada? É o filólogo quem precisa, mais que tudo, para ser filólogo, que exista um passado; mas a nação, antes de possuir um passado comum, teve que criar essa comunidade e, antes de criá-la, teve que sonhá-la, que querê-la, que projetá-la. E basta que tenha o projeto de si mesma para que a nação exista, mesmo que não consiga, mesmo que fracasse na execução, como tantas vezes aconteceu. Falaríamos, num desses casos, de uma nação malograda (por exemplo, Borgonha).

Com os povos da América Central e do Sul, a Espanha tem um passado comum, raça comum, linguagem comum e, mesmo assim, não forma uma nação com eles. Por quê? Falta só uma coisa que, pelo visto, é a essencial: o futuro comum. A Espanha não soube inventar um programa de futuro coletivo que atraísse esses grupos zoológicamente afins. O plebiscito futurista foi adverso à Espanha, e então de nada valeram os arquivos, as memórias, os antepassados, a "pátria". Quando há aquilo, tudo isso serve como força de consolidação; mas nada mais.¹⁴⁴

144 Agora vamos assistir a um exemplo gigantesco e claro, como se fosse de laboratório: vamos ver se a Inglaterra consegue manter, em unidade soberana de convivência, as porções distintas de seu Império, propondo-lhes um programa atraente.

Assim sendo, vejo no Estado nacional uma estrutura histórica de caráter plebiscitário. Tudo o que pareça ser para além disso tem valor transitório e mutante, representa o conteúdo, ou a forma, ou a consolidação que o plebiscito requer em cada momento. Renan encontrou a palavra mágica, que resplandece de luz. Ela nos permite vislumbrar, sob os raios de um eletrodo, o segredo essencial de uma nação, que se compõe desses dois ingredientes: primeiro, um projeto de convivência total em uma empresa comum; segundo, a adesão dos homens a esse atraente projeto. Essa adesão de todos engendra a solidez interna que distingue o Estado nacional de todos os antigos, nos quais a união se produz e mantém por pressão externa do Estado sobre os grupos díspares, ao passo que, aqui, o vigor estatal nasce da coesão espontânea e profunda entre os "súditos". Em realidade, os súditos já são o Estado, e não o podem sentir – isso é o novo, o maravilhosos, da nacionalidade – como algo estranho a eles.

E, contudo, Renan anula ou quase anula seu acerto, dando ao plebiscito um conteúdo retrospectivo, que se refere a uma nação já feita, cuja perpetuação decide. Eu preferiria mudar o seu sentido e fazê-lo valer para a nação *in statu nascendi*. Essa é a óptica decisiva. Porque, na verdade, uma nação nunca está pronta. Nisso se diferencia de outros tipos de Estado. A nação está sempre se fazendo ou se desfazendo. *Tertium non datur*. Ou está ganhando adesões ou as está perdendo, conforme seu Estado represente ou não, no momento, uma empresa vivaz.

Por isso o mais instrutivo seria reconstruir a série de empresas unificadoras que sucessivamente inflamaram os grupos humanos do Ocidente. Então veríamos como os europeus viveram delas não só no público, mas até

em sua existência mais privada; como se “treinou” ou se desmoralizou, na medida em que tinham ou não uma empresa à vista.

Esse estudo também mostraria claramente outra coisa: os empreendimentos estatais dos antigos, por não implicarem a adesão dos grupos humanos sobre os quais se lançavam, por o Estado propriamente dito sempre ficar inscrito em uma limitação fatal – tribo ou urbe –, eram praticamente ilimitados. Um povo – o persa, o macedônio e o romano – podia submeter qualquer parte do planeta à unidade de soberania. Como a unidade não era autêntica, interna nem definitiva, não estava sujeita a outras condições além da eficácia bélica e administrativa do conquistador. Mas no Ocidente a unificação nacional teve que seguir uma série inexorável de etapas. Deveria nos estranhar mais o fato de não ter sido possível, na Europa, nenhum império do tamanho que alcançaram o persa, o de Alexandre ou o de Augusto.

O processo criador de nações sempre teve esse ritmo na Europa: *Primeiro momento*. O peculiar instinto ocidental, que faz sentir o Estado como fusão de vários povos em uma unidade de convivência política e moral, começa a atuar sobre os grupos mais próximos geográfica, étnica e linguisticamente. Não porque essa proximidade funde a nação, mas porque a diversidade entre próximos é mais fácil de dominar. *Segundo momento*. Período de consolidação, em que se sente aos outros povos mais distantes do novo Estado como estranhos e mais ou menos inimigos. É o período em que o processo nacional toma um aspecto de exclusivismo, de se fechar dentro do Estado; em suma, o que hoje chamamos de *nacionalismo*. Mas o fato é que, enquanto os *outros* são sentidos *politicamente* como

estranhos e oponentes, é possível conviver com eles econômica, intelectual e moralmente. As guerras nacionalistas servem para nivelar as diferenças de técnica e de espírito. Os inimigos habituais vão se tornando historicamente homogêneos.¹⁴⁵ Pouco a pouco, vai se destacando no horizonte a consciência de que esses povos inimigos pertencem ao mesmo círculo humano que o nosso Estado. Não obstante, eles continuam sendo considerados como estranhos e hostis. *Terceiro momento*. O Estado goza de plena consolidação. Então surge a nova empresa: unir-se aos povos que até ontem eram seus inimigos. Cresce a convicção de que são afins com o nosso em moral e interesses, e que juntos formamos um círculo nacional frente a outros grupos mais distantes e ainda mais estrangeiros. Já está madura a nova idéia nacional.

Um exemplo esclarecerá o que tento dizer. Costumam afirmar que, nos tempos do Cid, a Espanha – *Spania* – já era uma idéia nacional, e para reforçar a tese, adicionam que, séculos antes, Santo Isidoro já falava da “*madre Espanha*”. A meu ver, isso é um erro crasso de perspectiva histórica. Nos tempos do Cid estava começando a se urdir o Estado Leão-Castela, e essa unidade leonesa-castelhana era a idéia nacional do tempo, a idéia politicamente eficaz. *Spania*, ao contrário, era uma idéia principalmente erudita; em todo caso, uma de tantas idéias fecundas que o Império Romano deixou semeadas no Ocidente. Os “espanhóis” tinham se acostumado a serem reunidos por Roma em uma unidade administrativa, em uma *diocese* do Baixo Império. Mas essa noção geográfico-administrativa era pura recepção, não uma inspiração íntima, e de modo algum uma aspiração.

145 Se bem que essa homogeneidade respeita e não anula a pluralidade de condições originais.

Por mais realidade que se queira dar a essa idéia no século XI, reconhecerão que não chega nem ao vigor e à precisão que a idéia da Hélade tinha para os gregos do IV. E, mesmo assim, a Hélade nunca foi uma verdadeira idéia nacional. A efetiva correspondência histórica fica mais bem expressa assim: a Hélade foi para os gregos do século IV, e a *Spania* para os "espanhóis" do XI, e mesmo do XIV, o que a Europa foi para os "europeus" no século XIX.

Isso mostra como as empresas de unidade nacional vão chegando à sua hora como os sons em uma melodia. A mera afinidade de ontem terá que esperar até amanhã para entrar em erupção de inspirações nacionais. Mas, em compensação, é quase certo que sua hora chegará.

Agora chega para os europeus a ocasião em que a Europa pode se converter em idéia nacional. E é muito menos utópico crer nisso hoje do que teria sido vaticinar a unidade da Espanha e da França no século XI. O Estado nacional do Ocidente, quanto mais fiel permanecer à sua substância autêntica, mais diretamente vai se depurar num gigantesco Estado continental.

9

Assim que as nações do Ocidente perfazem seu perfil atual, surge, em torno e abaixo delas, como um fundo, a Europa. É essa a unidade de paisagem em que vão se mover desde o Renascimento, e essa paisagem europeia são elas mesmas que, sem perceber, já começam a abstrair de sua belicosa pluralidade. França, Inglaterra, Espanha, Itália, Alemanha pelejam entre si, formam ligas contrapostas, desfazem-nas, recompõem-nas. Mas tudo

isso, guerra ou paz, é conviver de igual para igual, o que Roma nunca pôde, nem em paz nem em guerra, fazer com o celtíbero, o gaulês, o britânico e o germânico. A história destacou em primeiro lugar as querelas, e em geral a política, que é o terreno mais tardio para a espiga da unidade; mas enquanto se batalhava em uma gleba, em outras cem se comercializava com o inimigo, se trocavam idéias, formas de arte e artigos de fé. Podemos dizer que aquele fragor de batalhas foi só uma cortina, atrás da qual trabalhava mais tenazmente o pacífico polipeiro da paz, entretecendo a vida das nações hostis. Em cada nova geração, a homogeneidade das almas era maior. Se quisermos maior exatidão e mais cautela, digamos deste modo: as almas francesas, inglesas e espanholas eram, são e serão tão diferentes quanto quiserem, mas possuem um mesmo plano ou arquitetura psicológica e, sobretudo, vão adquirindo um conteúdo comum. Religião, ciência, direitos, arte, valores sociais e eróticos vão se tornando comuns. Pois bem: essas são as coisas espirituais *de* que se vive. Portanto, a homogeneidade acaba sendo maior do que se as almas viessem do mesmo molde.

Se fizéssemos hoje um balanço do nosso conteúdo mental — opiniões, normas, desejos, presunções —, notaríamos que a maior parte de tudo isso não chega para o francês da sua França, nem para espanhol da sua Espanha, mas do fundo europeu comum. Hoje, de fato, pesa muito mais em cada um de nós o que temos de europeu do que a parte diferencial de francês, espanhol etc. Se fizéssemos um experimento imaginário, de nos reduzirmos a viver puramente com o que somos como "nacionais" e, num ato de mera fantasia, extirpássemos do homem médio francês tudo o que usa, pensa, sente por recepção dos outros países

continentais, ele sentiria terror. Veria que não seria possível viver só com isso; que quatro quintos de suas posses íntimas são patrimônios europeus.

Não se vislumbra que outra coisa de valor possamos fazer, nós que existimos deste lado do planeta, a não ser realizar a promessa que, desde quatro séculos, significa o nome Europa. Só se opõe a isso o preconceito das velhas "nações", a idéia de nação como passado. Agora veremos se os europeus também são filhos da mulher de Ló, e teimam em fazer história com a cabeça voltada para trás. A alusão a Roma, e ao homem antigo em geral, nos serviu de admoestação; é muito difícil um tipo de homem abandonar a idéia de Estado que meteu na cabeça. Por sorte, a idéia do Estado nacional que o europeu, sabendo ou não, trouxe ao mundo, não é a idéia erudita, filológica, que foi imputada a ela.

Resumo agora a tese deste ensaio. Hoje o mundo sofre uma grave desmoralização, que se manifesta, entre outros sintomas, numa desaforada rebelião das massas, e tem sua origem na desmoralização da Europa. As causas desta última são muitas. Uma das principais, o deslocamento do poder que o nosso continente exercia antes sobre o resto do mundo e sobre si mesmo. A Europa não tem certeza que manda, nem o resto do mundo, que é mandado. A soberania histórica está em dispersão.

Já não há "plenitude dos tempos", porque isso supõe um porvir claro, prefixado, inequívoco, como era o do século XIX. Naquela época, acreditavam saber o que aconteceria amanhã. Porém agora o horizonte se abre outra vez para novas linhas incógnitas, *posto que* não se sabe *quem* vai mandar, como o poder sobre a terra vai se articular. *Quem*, quer dizer, que povo ou que grupo de povos; portanto,

que tipo étnico; portanto, que ideologia, que sistema de preferências, de normas, de impulsos vitais...

Não se sabe nem para que centro de gravitação as coisas humanas vão ponderar num futuro próximo, e por isso a vida do mundo se entrega a uma escandalosa provisoriidade. Tudo, tudo o que se faz hoje, no público e no privado — até no íntimo —, com exceção de algumas partes de algumas ciências, é provisório. Acertará quem não confiar em nada do que hoje se prega, se ostenta, se prepara e se louva. Tudo isso vai sumir mais rápido do que veio. Tudo, desde a mania do esporte físico (a mania, não o esporte em si) até a violência na política; desde a "arte nova" até os banhos de sol nas ridículas praias da moda. Nada disso tem raízes, porque é tudo pura invenção, no mal sentido da palavra, que a faz equivaler a capricho leviano. Não é criação desde o fundo substancial da vida; não é afã nem necessidade autêntica. Em suma: tudo isso é vitalmente falso. Só há verdade na existência quando sentimos seus atos como irrevogavelmente necessários. Não há nenhum político hoje que sinta a inevitabilidade da sua política, e quanto mais extremo o seu gesto, mais frívolo, menos exigido pelo destino. Não há vida com raízes mais próprias, não há vida mais inata que a que se compõe de cenas inevitáveis. O resto, o que está em nossas mãos pegar, largar ou substituir, é precisamente falsificação da vida.

A atual é fruto de um interlúdio, de um vazio entre duas organizações do mando histórico: a que foi, a que vai ser. Por isso é essencialmente provisória. E nem os homens sabem bem a que instituições servir de verdade, nem as mulheres que tipo de homem preferem de verdade.

Os europeus não sabem viver a não ser lançados em uma grande empresa unificadora. Quando ela falta, ficam

mais vis, se afrouxam, sua alma se desconjunta. Um co-meço disso se oferece hoje a nossos olhos. Os círculos que até agora se chamaram nações chegaram, há um século ou pouco menos, à sua máxima expansão. Já não se pode fazer nada com eles senão transcendê-los. Já não são mais que passado que se acumula em torno e abaixo do europeu, aprisionando-o, oprimindo-o. Com mais liberdade vital que nunca, todos sentimos que o ar é irrespirável dentro de cada povo, porque é um ar confinado. Cada nação, que antes era a grande atmosfera aberta e arejada, voltou a ser província e "interior". Na superação europeia que imaginamos, a pluralidade atual não pode nem deve desaparecer. Enquanto o Estado antigo aniquilava o diferencial dos povos ou deixava-o de fora, inativo, ou no máximo o conservava mumificado, a idéia nacional, mais puramente dinâmica, exige a permanência ativa desse plural, que sempre foi a vida do Ocidente.

Todo o mundo percebe a urgência de um novo princípio de vida. Mas — como sempre acontece em crises parecidas — alguns tentam salvar o momento com uma intensificação extremada e artificial justamente do princípio caduco. Esse é o sentido da erupção "nacionalista" nos anos que correm. E sempre — repito — aconteceu assim. A última chama, a mais alta. O último suspiro, o mais profundo. A véspera de desaparecerem, as fronteiras se hiperestesian — as fronteiras militares e as econômicas.

Mas todos esses nacionalismos são becos sem saída. Tente projetá-los até o amanhã, e sentirá o baque. Por aí não há saída. O nacionalismo é sempre um impulso em direção oposta ao princípio nacionalizador. É exclusivista, enquanto este é inclusivista. Em épocas de consolidação, porém, ele tem um valor positivo e é uma alta norma. Mas na Europa tudo está consolidado de sobra, e o

nacionalismo não é mais que uma mania, o pretexto que se oferece para iludir o dever de inovação e de grandes empresas. A simplicidade de meios com que opera e a categoria dos homens que exalta revelam ostensivamente que é o contrário de uma criação histórica.

Só a decisão de construir uma grande nação com o grupo dos povos continentais daria de novo o tom para a pulsação da Europa. Ela voltaria a crer em si mesma e automaticamente, a se exigir muito, a se disciplinar.

Entretanto, a situação é muito mais perigosa do que se pode calcular. Vão passando os anos, e corre-se o risco de o europeu se habituar a esse tom menor de existência, que agora segue; se acostumar a não mandar e a não se mandar. Nesse caso, todas as suas virtudes e capacidades superiores se evaporariam.

Mas as classes conservadoras se opõem à união da Europa, como sempre aconteceu no processo de nacionalização. Isso pode ser a catástrofe delas, pois, ao perigo genérico, de a Europa se desmoralizar definitivamente e perder toda sua energia histórica, agrega-se outro, muito concreto e iminente. Quando o comunismo triunfou na Rússia, muitos creram que todo o Ocidente ficaria inundado pela torrente vermelha. Eu não participei de semelhante prognóstico. Ao contrário, naqueles anos escrevi que o comunismo russo era uma substância inassimilável pelos europeus, casta que apostou todos os esforços e ferveores de sua história numa só carta, a individualidade. O tempo correu e, hoje, os temerosos de outrora voltaram à tranquilidade. Voltaram à tranquilidade justamente quando chegou a hora de perdê-la. Porque agora sim pode derramar-se sobre a Europa o comunismo, avassalador e vitorioso.

Minha suposição é a seguinte: agora, como antes, o conteúdo do credo comunista à moda russa não interessa,

não atraí, não delinea um futuro desejável aos europeus. E não pelas razões triviais que seus apóstolos teimosos, surdos e sem veracidade, como todos os apóstolos, podem verificar. Os *bourgeois* do Ocidente sabem muito bem que, mesmo sem comunismo, o homem que vive exclusivamente de suas rendas e que as transmite a seus filhos tem os dias contados. Não é isso que imuniza a Europa contra a fé russa, e muito menos o medo. Hoje nos parecem bastante ridículos os pressupostos arbitrários sobre os quais Sorel fundava sua tática da violência, há vinte anos. O burguês não é covarde, como ele pensava, e hoje está mais disposto à violência que os operários. Ninguém ignora que, se o bolchevismo triunfou na Rússia, foi porque na Rússia não havia burgueses.¹⁴⁶ O fascismo, que é um movimento pequeno-burguês, revelou-se mais violento que todo o proletariado junto. Portanto, não é nada disso o que impede o europeu de se embalar no comunismo, e sim uma razão muito mais simples e prévia. Esta: que o europeu não vê na organização comunista um aumento da felicidade humana.

E, contudo – repito –, me parece muito possível que a Europa se entusiasme com o bolchevismo nos próximos anos. Não por ele mesmo, mas apesar dele.

Imaginem que o plano quinquenal, herculeamente seguido pelo Governo soviético, alcançasse suas previsões e a enorme economia russa ficasse não só restaurada, mas exuberante. Qualquer que seja o conteúdo do bolchevismo, ele representa uma tentativa gigante de empresa humana. Nele, os homens abraçaram resolutamente o destino de reformar, e vivem tensos sob a alta disciplina

146 Isso bastaria para se convencer de uma vez para sempre de que o socialismo de Marx e o bolchevismo são dois fenômenos históricos que só têm alguma dimensão comum.

que essa fé injeta neles. Se a matéria cósmica, indócil aos entusiasmos do homem, não fizer o intento fracassar gravemente, se pelo menos deixar o caminho um pouco livre, seu esplêndido caráter de empresa magnífica irradiará sobre o horizonte continental como uma ardente e nova constelação. Se a Europa, entretanto, persistir no ignóbil regime vegetativo desses anos, com os nervos frouxos por falta de disciplina, sem projeto de vida nova, como poderia evitar o efeito contaminador daquela empresa tão influente? É não conhecer o europeu esperar que ele possa ouvir, sem se incendiar, essa chamada a um novo *fazer*, quando ele não tem outra bandeira igualmente altaneira para desfaldar à frente. Contanto que sirva a algo que dê um sentido à vida e fuja do próprio vazio existencial, não é difícil que o europeu engula suas objeções ao comunismo e se sinta arrastado, já que não por sua substância, por seu gesto moral.

Eu vejo na construção da Europa como grande Estado nacional a única empresa que poderia se contrapor à vitória do plano quinquenal.

Os técnicos da economia política asseguram que essa vitória tem possibilidades muito escassas a seu favor. Mas seria demasiado vil se o anticomunismo deixasse tudo a cargo das dificuldades materiais encontradas por seu adversário. Assim, o fracasso deste equivaleria à derrota universal: de todos e de tudo, do homem atual. O comunismo é uma “moral” extravagante – algo parecido com uma moral. Não parece mais decente e fecundo opor a essa moral eslava uma nova moral do Ocidente, a incitação de um novo programa de vida?

XV

DESEMBOCA-SE NA VERDADEIRA QUESTÃO

Esta é a questão: a Europa ficou sem moral. Não é que o homem-massa menospreze uma antiquidade em benefício de outra, emergente, mas que o centro de seu regime vital consiste precisamente na aspiração de viver sem se sujeitar a moral nenhuma. Não creiam numa só palavra quando ouvirem os jovens falarem da "nova moral". Nego categoricamente que exista hoje, em qualquer canto do continente, algum grupo instruído por um novo *ethos* que tenha traços de uma moral. Quando se fala da "nova", o que fazem é cometer uma imoralidade a mais e buscar o meio mais cômodo de fazer contrabando.

Por essa razão, seria uma ingenuidade jogar na cara do homem de hoje sua falta de moral. Essa imputação não lhe importaria, ou até o lisonjearia. O imoralismo chegou a uma banalidade extrema, e qualquer um se gaba de praticá-lo.

Se deixarmos de lado – como fizemos neste ensaio – todos os grupos que simbolizam sobrevivências do passado – os cristãos, os "idealistas", os velhos liberais etc. –, não sobrarão, entre todos os que representam a época

atual, um único grupo cuja atitude diante da vida não se reduza a achar que tem todos os direitos e nenhuma obrigação. É indiferente que se mascare de reacionário ou de revolucionário: pela ativa ou pela passiva, depois de algumas sacudidas, seu estado de ânimo consistirá decisivamente em ignorar toda obrigação e se sentir, sem que ele mesmo suspeite por quê, sujeito de ilimitados direitos.

Qualquer substância que caia sobre uma alma assim dará o mesmo resultado, e se converterá em pretexto para não se sujeitar a nada concreto. Quando se apresentar como reacionário ou antiliberal, será para poder afirmar que a salvação da pátria, do Estado, dá direito a soterrar todas as outras normas e a massacrar o próximo, sobretudo se o próximo possui uma personalidade valiosa. Mas o mesmo acontece se opta por ser revolucionário: seu aparente entusiasmo pelo operário manual, pelo miserável e pela justiça social, serve de disfarce para poder escapar de qualquer obrigação – como a cortesia, a verdade e, sobretudo, o respeito ou a estima pelos indivíduos superiores. Eu sei de não poucos que ingressaram em algum partido operário só para conquistarem, dentro de si mesmos, o direito de depreciar a inteligência e se livrarem de reverenciá-la. E quanto às outras ditaduras, bem vimos como bajulam o homem-massa pisoteando qualquer eminência.

Essa esQUIVA de toda obrigação explica, em parte, o fenômeno, entre ridículo e escandaloso, de ter sido feita em nossos dias uma plataforma da “juventude” como tal. Quicá nosso tempo não tenha outro aspecto mais grotesco. As pessoas, comicamente, se declaram “jovens” porque ouviram que o jovem tem mais direitos que obrigações, já que pode adiar o cumprimento delas até as calendas

gregas da maturidade.¹⁴⁷ O jovem, enquanto tal, sempre se considerou eximido de *fazer* ou de já *ter feito* façanhas. Sempre viveu de crédito. Isso está na natureza do humano. Era como um falso direito, entre irônico e terno, que os não jovens concediam aos moços. Mas é espantoso que eles agora o tomem como um direito efetivo, precisamente para se atribuírem de todos os outros, que pertencem só a quem já tenha feito algo.

Ainda que pareça mentira, chegaram ao ponto de fazer da juventude uma chantagem. Em realidade, vivemos um tempo de chantagem universal, que tem duas caretas complementares: há a chantagem da violência e a chantagem do humorismo. Com ambas se aspira sempre o mesmo: que o inferior, que o homem vulgar, possa se sentir isento de toda submissão.

Por isso, não é possível enobrecer a crise atual mostrando-a como o conflito entre duas morais ou civilizações, uma caduca e outra no alvorecer. O homem-massa simplesmente carece de moral, que é sempre, por essência, sentimento de submissão a algo, consciência de serviço e obrigação. Mas talvez seja um erro dizer “simplesmente”. Porque não se trata só de que esse tipo de criatura se desobrigue da moral. Não; não é tão fácil fazer isso. Não é possível se livrar da moral sem mais nem menos. O que se chama com a palavra, carente até de gramática, *amoralidade* é uma coisa que não existe. Se você não quer se submeter a nenhuma norma, você tem, *velis nolis*,¹⁴⁸ que se submeter à norma de negar toda moral; e isso não é

147 Da expressão latina *ad kalendas grecas*. Calendias era o primeiro mês do calendário romano, em que as pessoas faziam os pagamentos. Como não existia no calendário grego, “deixar para as calendias gregas” quer dizer “nunca” – NT.

148 “Queira ou não” – NT.

amoral, só imoral. É uma moral negativa, que conserva a forma da outra, só que oca.

Como se pôde crer na amoralidade da vida? Sem dúvida, porque toda a cultura e a civilização modernas levam a esse convencimento. Agora a Europa colhe as penosas conseqüências de sua conduta espiritual. Embalou-se sem reservas pela ladeira de uma cultura magnífica, mas sem raízes.

Neste ensaio, quis delinear um certo tipo de europeu, analisando especialmente seu comportamento em relação à própria civilização em que nasceu. Tinha que ser feito assim porque esse personagem não representa outra civilização que luta com a antiga, mas uma mera negação, negação que oculta um efetivo parasitismo. O homem-massa ainda está vivendo precisamente do que nega e do que outros construíram ou acumularam. Por isso não convinha mesclar seu psicograma com a grande questão: de que insuficiências radicais padece a cultura européia moderna? Porque é evidente que, em última instância, essa forma humana agora dominante provém delas.

Mas essa grande questão tem que permanecer fora destas páginas, porque é excessiva. Ela obrigaria a desenvolver com plenitude a doutrina sobre a vida humana que, como um contraponto, fica entrelaçada, insinuada, sussurrada nelas. Talvez em breve possa ser gritada.